



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO EDUCACIONAL OSMAR DE AQUINO
CAMPUS- GUARABIRA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

CAMILA DA SILVA NASCIMENTO

**COTAS SOCIAIS E RACIAIS: A TRAJETÓRIA ESCOLAR DA
POPULAÇÃO NEGRA NA PARAÍBA**

**GUARABIRA- PB
JUNHO/2015**

CAMILA DA SILVA NASCIMENTO

COTAS SOCIAIS E RACIAIS: A TRAJETÓRIA ESCOLAR DA
POPULAÇÃO NEGRA NA PARAÍBA

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado a Coordenação do Curso de Graduação em História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba- UEPB em cumprimento às exigências para obtenção do Grau de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas

Área de concentração: História Cultural

GUARABIRA – PB
JUNHO/2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

N244c Nascimento, Camila da Silva
Cotas sociais e raciais [manuscrito] : a trajetória escolar da população negra na Paraíba. / Camila da Silva Nascimento. - 2015. 74 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2015.
"Orientação: Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas, Departamento de História".

1. Cotas sociais. 2. Cotas raciais. 3. Ensino superior. I.
Título.

21. ed. CDD 900

CAMILA DA SILVA NASCIMENTO

COTAS SOCIAIS E RACIAIS: A TRAJETÓRIA ESCOLAR DA
POPULAÇÃO NEGRA NA PARAÍBA

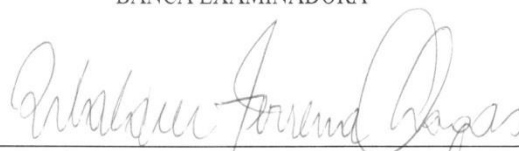
Trabalho de Conclusão de Curso- TCC apresentado
a Coordenação do Curso de Graduação em História
do Centro de Humanidades da Universidade
Estadual da Paraíba-UEPB em cumprimento às
exigências para obtenção do Grau de Licenciada em
História.

Orientador: Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas

Área de concentração: História Cultural

Aprovada em: 16 / 06 / 2015

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.ª Dr.ª Ivonildes da Silva Fonseca
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.ª Pós Dr.ª Susel de Oliveira Rosa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela minha existência;

Em segundo a minha mãe Rosilda (Rosa, sempre muito paciente e acreditando no melhor das pessoas...). Ao meu pai Cicero, meu irmão Maximino (Tito) e as minhas irmãs de sangue e coração Carla Nascimento (Carlinha, Cuca), Jéssica Nascimento (Mary, Filó);

A minha primeira professora da E.E.E.F. BELMIRA ARRUDA ALCOFORADO Tia Marta Cardoso e as posteriores do Ensino Fundamental I: Maria Freitas, Severina Borges, Marinalva Pontes e Rosineide Nicolau da E.M.E.F. MARIA DE LOURDES SILVA;

Aos professores (as) do Ensino Fundamental II da E.M.E.F. ULISSES MAURICIO DE PONTES: nos anos 2003, 2004, 2005, 2006 (5ª a 8ª Série) Luzilânia (Lana), Gonçalves, João Batista, Luciano, Neide, Zeza, Alissandra, Cristiane, as irmãs Vieira (Cida, Madalena, Sueli), D. Tânia, Conceição, José Carlos, Ana Nery, (espero que não tenha esquecido ninguém). Com eles (as) aprendi que cada matéria tinha uma importância e foi na 5ª Série com a professora Cida Vieira, Professora de História que comecei a gostar da disciplina. Nas aulas dela eu me imaginava estudando a história, fazendo parte das Civilizações Egípcias... Ela nos dizia que “amava a história”, isso me chamava atenção, me deixava curiosa, era a aula que eu esperava a semana toda...

Aos professores (as) do Ensino Médio da E.E.E.F.M. JOÃO DE FREITAS MOUZINHO: Josenaide Lima, Ozaniel, Socorro Pontes, Cely Pontes, Hélio Pereira, Tarcísio, Genilza Paulino, Marilene Campêlo, Marilene Galdino, Rejane Francelino, José Antônio Filho, Ariostene, Sandro Gomes, Edivaldo Alves e Laédina Campêlo;

A minha professora de História do Ensino Médio Laédina Campêlo, tenho muito a agradecer pela amizade e confiança (incentivo sempre), agradeço também a sua mãe: Telma e irmã Ludmilla (Millinha) Campêlo meninas lindas por dentro e fora;

Francisco da Farmácia (Chico Bento), pelos momentos de incentivo pessoal, intelectual e pelas risadas;

Geraldo Vieira da Silva Neto (Geraldo Neto de 07 anos) pelos sorrisos, momentos de descontração e pelos ensinamentos de criança;

As minhas amigas de Sertãozinho- PB; as antigas e novas: Fátima Costa (Nena), Laline França, Ladjane França, Glórinha França, Micaédna Oliveira, Lúcia Pereira (Lúcinha), Natália Pontes, Rozanielly Marques (Tica), Telma, Laédina,

Ludmilla, Natália Xavier, Tereza Vieira, Jonoelma Oliveira (Dózinha), Amanda Bacelar, Josy Lima, Geane Amorim, Carla Nascimento, Jéssica Nascimento, Rosilda Fernandes, (mãe) Ronessa Lima, Suely Freitas, Afrânia, Sueli Vieira, Madalena Vieira, Cida Vieira, Expedita Pereira (D. Mocinha), Alessandra Arantes, Greyce Ellen, Jocekelly Bento, Denise Freitas, Alexssandra, Ivanilza;

Aos amigos de Sertãozinho- PB; Daniel Silvestre, Ronilson Macário, Edgar Xavier, Francisco Pereira, Wagner Macena, Weslei de Freitas, Jocélio Francisco, Carlos Antônio Farias (Tony), Severino Pereira, Thales Anderson, Marcos França;

As minhas comadres: Aparecida (Cida Vieira), Janiele Araújo, Jéssica Nascimento; Madalena Vieira.

As minhas afilhadas e afilhado: Maria Clara (Clarinha 03 anos), Sonale (01 ano de), Miguel e Maria Tereza (02 meses).

A minha tia Jozélia, pelas boas lembranças de infância;

A minha madrinha Aparecida Ramos pela força, estímulo e perseverança;

As minhas irmãs do coração da UEPB, muito obrigada pela força e alegrias: Aline Santiago, Ellen Hortênciã (irmãs CHAGAS), Emanuella Araújo (Manú), Glauzenilda Grangeiro (Glaucy), Jéssica Pessoa (Jéssiquinha), Viviane Nascimento;

A minha querida e doce Luísa Tayra Teruya (Luísinha/Luli), a Vilma Lúcia, que minha Mamys Marisa Tayra (nos apresentou uniu e assim nos encontramos pelos “Zaps Zaps” da vida);

A minha Mamys linda e danada do coração **Marisa Tayra**, que sempre ensina um “bucado” de coisa; (um dia iremos nos encontrar novamente e será lindo! 22/04/2015). Te amo! Esqueça de mim, não! <3 <3 <3 (in memória).

A minha querida Edna Nóbrega, pelas risadas e abraços calorosos;

A Professora Mariângela Vasconcelos Nunes, sempre tão atenciosa e delicada;

Ao Professor Waldeci Ferreira Chagas, mais do que um orientador, meu Pai adotivo e querido;

Ao Professor Fábio Dantas, que é da Geografia pessoa que estimo e gosto muito;

A Professora Susel Oliveira, pelas tardes de quarta- feira na lanchonete de Dona Lúcia;

A Joedna Menezes, pelas conversas e longas gargalhadas;

A Professora Naiara Ferraz, pelos sorrisos (com os olhos) e conselhos sinceros;

Ao Professor João Bueno, pelas bagunçadas no meu cabelo e idas ao cinema;

Ao Professor Flávio Carreiro, por me fazer lembrar (sempre) que eu vi o Papa Francisco, na JMJ (Rio de Janeiro 2013).

As queridas Professoras do Departamento de Educação do Campus III: Ivonildes Fonseca, Rita Cavalcante e Verônica Pessoa (muito obrigada, pelos longos abraços nos corredores da UEPB). A Professora Débora, pelos encontros também nos corredores, sorrisos e convites para encerramentos dos eventos de Extensão em Libras;

As meninas e ao menino da Coordenação de História: Lutelcia Paiva, Paulinha e Diego Paulino;

A Dona Lúcia da lanchonete (agradeço pelas tapiocas, cafezinhos, canjicas...);

A Rosa e Seu Luís (pelos sucos com leite deliciosos);

Aos colegas e amigos (as) da turma 2010. 2 turno: Tarde do Curso de História da UEPB Campus III: Teiky Almeida, Joelson Barreto, Aline Santiago, Aldo Melo, Crizeuda Santos, Jocekelly Carvalho, Joelma Irineu, Evaldo Moura, Danúbia Pereira, Laianny Cordeiro, Aline Trajano, Washington Luís, Josivaldo, Emmanuel de Luna, Ana Cleuma, Ellen Hortência, Fábio Amorim, Silvânia Soares, Gersyka, e Elizabete;

Aos/as professores/as que fizeram parte da minha caminhada universitária na UEPB nos anos de 2010. 2 a 2014. 1: Elisa Mariana (Estudo da História), Ruston (Pré-História), Martinho Guedes (Prática Pedagógica I), Gilvan Torres (Estudos Sócio Econômicos em História), Wellington (Professor de Filosofia), Marisa Tayra (Metodologia Científica), Rosilene Agapito (Sociologia);

As/os Professoras/es Ana Raquel França (Psicologia da Educação), Paula Rejane (Métodos e Técnicas da Pesquisa Histórica), Elvira Lisboa (Oficina de Leitura e Elaboração de Textos), Juvandi Santos (Arqueologia), Michelly Cordão (Teoria da História), Edna Nóbrega (História do Brasil Republicano), Ana Célia (O Processo Didático: Planejamento e Avaliação), Mônica Guedes e Rita Cavalcante (OTEC);

Aos/as Professores/as Azemar Junior (História da Paraíba), Josemar Vieira (História das Sociedades Americanas), Carlos Adriano (História Moderna) Elson Lira, (História Contemporânea), Francisco Fagundes (Formação da Sociedade Brasileira), Susel Oliveira (Memória e Patrimônio Cultural), Naiara Ferraz (História Antiga), Alômia Abrantes (História Medieval), Mariângela Vasconcelos (Estágio Supervisionado I), Flávio Carreiro (Estágio Supervisionado II), Antônio Eládio (Construção da História Regional e Local I), Waldeci Chagas (História da África), Luciana Calissi (PIBID), João Bueno (PIBID);

A todos/as os meus eternos e fraternos agradecimentos. <3

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
A CONDIÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA.....	14
1.1 Sobre a Escolarização da População Negra.....	15
1.2 As Pessoas e a Construção da Identidade Racial no Brasil.....	20
1.3 As Teorias Racistas no Imaginário Social sobre as Pessoas Negras no Brasil...	25
AÇÕES AFIRMATIVAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS	28
2.1 O Estado Brasileiro e as Políticas de Ações Afirmativas para as Pessoas Negras	29
2.2 As Cotas Sociais e Raciais no Ensino Superior	31
2.3 As Cotas nos Estados Unidos e sua Influência no Brasil	37
2.4 Os Movimentos Sociais negros e a Política de Cotas	40
COTAS SOCIAIS E RACIAIS: A TRAJETÓRIA ESCOLAR DA POPULAÇÃO NEGRA NA PARAÍBA	46
Quadro I Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa.....	49
1- Estudantes Entrevistados do Curso de Bacharelado em Direito	50
2- Estudantes Entrevistados do Curso de Geografia.....	54
3- Estudantes Entrevistados do Curso de História	56
4- Estudantes Entrevistados do Curso de Letras Inglês	59
5- Estudantes Entrevistados do Curso de Letras Português	61
6- Estudantes Entrevistados do Curso de Pedagogia	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS.....	70
ANEXOS.....	73

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como tema COTAS SOCIAIS E RACIAIS: A TRAJETÓRIA ESCOLAR DA POPULAÇÃO NEGRA NA PARAÍBA. O trabalho surgiu das discussões e inquietação desencadeada no Projeto de Iniciação Científica denominado “Histórias de Mulheres Negras Paraibanas: a construção da identidade negra e afirmação da cidadania”, financiado pelo PIBIC/CNPQ. Uma das discussões que fizemos no projeto e que trazemos para este trabalho é sobre a escolaridade da população negra. Para isso, buscamos o contexto histórico em que o (a) negro (a) se encontra desde o período pós abolição aos dias atuais, sobretudo, na Paraíba que de acordo com TELLA, a população negra corresponde a 60%. Ao longo das pesquisas e debates, chegamos as políticas públicas voltadas para as populações marginalizadas como as políticas das cotas sociais e raciais no Brasil e de como essas práticas contribuem para a ascensão educacional do negro (a). No primeiro momento partimos para leitura e escrita de autores que discutem sobre: a população negra paraibana/brasileira, história, cotas, escravidão, ações afirmativas, identidade negra, ensino superior e racismo. Os referenciais teóricos deste trabalho se ancoram nas discussões de alguns pesquisadores (as), tais como: Azevedo (2004), Rocha (2011) Burke (2008), Gomes (1992- 1993, 1996- 2012), Alberti (2008), Chagas (2010), Rocha (2006), Queiroz (2001- 2012), Certeau (2010), Santos (2005- 2006), Azevedo (2004). Em seguida, nada mais justo do que recorrer aos sujeitos, ou seja, as pessoas que usufruíram das cotas e assim acessaram a universidade pública na Paraíba. Nosso campo de pesquisa foi o campus III da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), que até o ano de 2014 possuía as cotas sociais, como forma de acesso para muitos universitários (as). Aplicamos assim, questionários a sessenta estudantes dos cursos de: Direito, Geografia, História, Letras Inglês, Letras Português e Pedagogia. Com o propósito de compreender o processo de inserção educacional do negro (a) paraibano (a) ao ensino superior, concluímos que no universo de 60 entrevistados (as) apenas 8% dos estudantes são negros (as), o que contraria os 60% de negros/as na população paraibana. Esses dados demonstram a importância das cotas raciais no acesso ao ensino superior, visto que as cotas sociais não chegam a contemplar o contingente negro.

Palavras - chave: Cotas Sociais; Cotas Raciais; Questionário; Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com o tema: COTAS SOCIAIS E RACIAIS: A TRAJETÓRIA ESCOLAR DA POPULAÇÃO NEGRA NA PARAÍBA. Possibilitou-nos, analisar a ascensão escolar de negros (as) ao ensino superior pelo sistema das cotas sociais e raciais. Para isso, se fez necessário analisar o contexto histórico e escolar em que a população negra brasileira encontra-se inserida, do período pós-abolição aos nossos dias. No entanto, discutir sobre essa temática, incidiu no uso de algumas fontes nem sempre acessíveis, o que nos levou a recorrer aos sujeitos, ou seja, as pessoas negras que usufruíram das cotas raciais ou sociais e assim acessaram as universidades públicas na Paraíba.

De acordo com site da UEPB até 02 de Março de 2010 apenas a UEPB e o IFPB na Paraíba possuíam em seu processo de vestibular a política das cotas. Vejamos,

Na Paraíba, até agora a apenas a UEPB e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) adotaram políticas de cotas. (Disponível em: <http://uepbonline.blogspot.com.br/2010/03/entidades-e-movimentos-negros-estarao.html>).

O noticiário do dia 02 de Março de 2010 ainda informou que nesse dia no Brasil, algumas ONG's e entidades dos movimentos sociais negros fizeram vigílias em alguns órgãos públicos, em favor das cotas raciais. Segundo o site a vigília representou

[...] uma ação nacional que acontecerá em todos os estados contra o processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental movido pelo Partido Democrata (DEM) contra a cota racial na Universidade de Brasília (UnB).

Para Luzinete Victor de Barros, entrevistada do site de notícia da UEPB, a política das ações afirmativas possibilitou diminuir a exclusão social da população negra. Pois de acordo com a mesma 'existe uma minoria de negros nas universidades. A população negra tem dificuldade para concluir os estudos porque precisa trabalhar e as mulheres negras têm menos acesso às universidades'. (Disponível em: <http://uepbonline.blogspot.com.br/2010/03/entidades-e-movimentos-negros-estarao.html>).

Outro fator importante que ocorreu no ano de 2010 foi à adoção da política de cotas na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). De acordo com a Agência de

Notícias da UFPB essa vitória fora recebida com aplausos por vários representantes da sociedade civil. “Para a pesquisadora Rocha, a decisão da UFPB representa uma grande mudança na educação.” ‘Os jovens negros e indígenas das camadas populares agora podem vislumbrar a possibilidade de ingressar na universidade, de modo que todos os segmentos sociais estejam representados na instituição’. (Disponível em: http://www.agencia.ufpb.br/vernoticias.php?pk_noticia=11640).

Para fundamentar as discussões que trazemos neste trabalho fizemos o levantamento de autores (as) que discutem sobre História, cotas, população negra paraibana/brasileira, escravidão, ações afirmativas, identidade negra, história, racismo e ensino superior. Os referenciais teóricos da pesquisa se ancoram nas discussões de alguns autores (as), tais como: Queiroz (2001- 2012), Rocha (2011) Burke (2008), Gomes (1992- 1993, 1996- 2012), Alberti (2008), Chagas (2010), Rocha (2006), Certeau (2010), Santos (2005- 2006), Azevedo (2004), Tenório e Reis.

A escolha desta temática surgiu das inquietações a respeito do processo histórico da população negra, das cotas sociais, raciais e ações afirmativas nas universidades brasileiras.

Portanto de acordo com Certeau (2010: 79) o historiador “trabalha sobre um material para transformá-lo em história”. As cotas raciais e sociais no Brasil surgem como possibilidade de pesquisa sobre o longo processo de resistência e conquista da população negra por direitos igualitários e pela afirmação de sua identidade racial.

Com este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), buscamos contribuir com a historiografia que aborda sobre as cotas raciais, sociais, ascensão escolar, construção da identidade negra, ausência do negro (a) no ensino superior, notadamente estamos contribuindo com as pesquisas a respeito dessas temáticas.

Existem importantes trabalhos, escritos sobre tal temática, a exemplo de Queiroz (2012), Santos (2005- 2006), Azevedo (2004), e Rocha (2006), estes pesquisadores/as nos seus trabalhos mostram como a política das cotas sociais, raciais e as ações afirmativas obtiveram grandes impactos na ascensão dos negros e negras nas universidades brasileiras. Os estudos de (Rocha, 2011) nos possibilitaram pensar formas de resistência e luta da população negra na Paraíba do século XIX.

A relevância de nosso trabalho está não apenas na apropriação dos discursos existentes, como também na busca por uma nova perspectiva sobre a discussão das cotas raciais e sociais e ascensão do negro (a) ao ensino superior e a construção da identidade racial.

Com o advento da Escola dos Annales, houve uma abertura nas pesquisas sobre as populações negras no Brasil, mudanças essas que de acordo com Rocha (2011: 01) foram,

[...] teóricas e metodológicas iniciadas nos anos finais de 1929, com a Escola dos Annales, estas repercutiram no Brasil, no caso da história social da família a partir da década de 1980, que teve na demografia histórica seu principal método de pesquisa. Não tardou a expansão desse campo de pesquisa, que propiciou as investigações sobre as famílias escravas, cujos estudos passaram a considerar o escravo como agente histórico.

A partir de então, a historiografia brasileira cresceu, isso nos possibilitou pensar as possibilidades de pesquisa sobre as lutas da população negra brasileira. Todavia, por um longo período, essa população fora deixada as margens das pesquisas históricas.

Queiroz nos revela que: “no Brasil, o trajeto do estudante pelo sistema público de ensino está marcado por uma trágica repetição de histórias de insucesso (Portela, 1997; Gatt, apud Berger, 2000). Mas o fracasso da escola atinge sobretudo os estudantes negros. É sobre eles que recai o peso dos grandes números da exclusão (Barcelos, 1992; Picanço e Hita, 1987; Hasenbalg, 1979). (apud QUEIROZ, 2002: 16)

A pesquisadora Queiroz ainda nos revela importantes trabalhos de outros autores, que estudam sobre o acesso da população negra brasileira e o racismo presente nesse processo, vejamos:

As profundas distâncias que separam os segmentos raciais com relação ao acesso à educação são um dos aspectos do racismo brasileiro que tem mobilizado fortemente a preocupação dos ativistas negros. O fosso educacional que separa negros e brancos começa a se construir desde muito cedo. A exclusão da população negra atinge todos os níveis do sistema de ensino (Teixeira, 1998; Silva e Barbosa, 1997; Portela, 1997; Hasenbalg e Silva, 1991) (apud QUEIROZ, 2002: 16).

Queiroz (2002), continua nos informando que “a criança e o jovem negros são atingidos de maneiras diversas pelo caráter racista da escola. O racismo se expressa, por exemplo, no acesso diferenciado dos segmentos raciais ao sistema de ensino: estão entre os negros as maiores proporções de pessoas não alfabetizadas; a participação dos negros no sistema educacional vai diminuindo à medida que aumentam os anos de

escolaridade. No contingente que conclui o segundo grau e naquele que ingressa na universidade a participação dos negros é sensivelmente menor que a do segmento branco, sendo diminuta sua presença no patamar da pós- graduação (QUEIROZ, 1999).” (apud QUEIROZ, 2002: 16- 17).

Sendo assim, nosso trabalho está organizado em três capítulos, no primeiro capítulo intitulado A CONDIÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA, o dividimos em três subcapítulos e analisamos o processo de escolarização das pessoas negras, a construção da identidade racial no Brasil e algumas teorias racistas que ainda estão presentes no imaginário social da população brasileira.

No segundo capítulo, intitulado AÇÕES AFIRMATIVAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, discutimos no primeiro momento sobre o papel do Estado brasileiro e as políticas de ações afirmativas para as pessoas negras, no segundo momento sobre as cotas sociais e raciais no ensino superior, no terceiro momento nos atemos sobre as cotas nos Estados Unidos e sua influência no Brasil, no quarto momento a discussão gira em torno dos movimentos sociais negros e a política de cotas no Brasil.

Já no terceiro capítulo discutimos sobre as COTAS SOCIAIS E RACIAIS: A TRAJETÓRIA ESCOLAR DA POPULAÇÃO NEGRA NA PARAÍBA. Nesse capítulo nos atemos às experiências das cotas sociais na UEPB, especificamente no Campus III, Guarabira e nele discutimos o comportamento de estudantes frente às cotas sociais e raciais, e a ausência expressiva do negro (as) nas cadeiras da universidade.

CAPÍTULO I

A CONDIÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA

1.1 Sobre a Escolarização da População Negra

Neste trabalho nos reportamos ao período pós-abolição da sociedade brasileira, por ser um período de transição, sobretudo, caracterizado por mudanças no campo econômico, político, cultural e social que atingiu também a população negra brasileira. Em meio a esse contexto é relevante, pensar na passagem do século XIX para o XX, pois com a libertação dos escravizados homens negros e mulheres negras os mesmos foram trabalhar nas funções mais desqualificadas, para assim sustentar as suas famílias.

Sobre a questão da desigualdade histórica e a escolarização da população negra brasileira os pesquisadores: Tenório e Reis discutem que: “é certo que a questão das condições materiais que pesam, sobretudo, na permanência nas universidades brasileiras, afetam muitos estudantes independente da cor da pele, mas é certo também que as diferenças e desigualdades históricas, pesaram de forma distinta para negros e brancos. Os primeiros permaneceram à margem do processo sócio econômico, tendo-lhes sido negado, inclusive o direito à educação. A interdição a escravos e pretos livres de frequentarem a escola acarretou uma desvantagem histórica que não foi compensada pela abolição, em decorrência do lento processo de expansão do ensino público no país e de processos políticos discriminatórios. Até os anos 60, do século XX por exemplo, a maioria dos pretos e pardos era analfabeta e, portanto, não podia votar (apud TELLES, 2003) (TENÓRIO e REIS, p. 02- 03).

Foi na sociedade pós-abolicionista e sofrendo os mais diversos castigos e penalizações, que os negros (as) passaram a forjar as suas identidades e afirmarem-se enquanto homens e mulheres negras; o que representou resistir.

Neste sentido a historiografia brasileira sobre os negros (as) aponta que desde a chegada dos africanos ao Brasil os negros (as), sofreram todas as espécies de atrocidades possíveis, por parte dos brancos sem falar dos estigmas de inferioridade que fora imposto. Sobre isso Tenório e Reis discorrem que,

Além disso, as condições de vida a que foi submetida grande parte da população negra criaram uma série de estigmas. À degradação material correspondia uma desmoralização, em que se afirmava uma série de inverdades sobre a capacidade intelectual e até mesmo a humanidade de homens e mulheres negras. Essas ideias disseminaram-se e os estigmas contra a “gente de cor” perpetuaram-se durante décadas no seio da sociedade. (TENÓRIO e REIS, p. 03).

Ainda sobre a educação da população negra, Ferreira e Soares discutem que se tratando da mulher negra,

[...] constatamos que com o passar do tempo não tivemos muitos avanços no que diz respeito à educação das mulheres, sobretudo das negras. Pois a educação da mulher negra era sempre voltada para serem boas cozinheiras, quituteiras, lavadeiras ou prostitutas (FERREIRA e SOARES, 2011: 04).

No entanto, a luta para transformar tal realidade tomou força a partir da década de 1970 com a participação das mulheres negras no movimento feminista e na vida política do Brasil, espaço antes restrito as mulheres brancas, escolarizadas e de classe média alta (FERREIRA e SOARES, 2011: 05).

Em meio às transformações ocorridas na sociedade, a historiografia brasileira passou a analisar o fim da escravidão no Brasil e de como fora a “libertação” das pessoas negras e escravizadas. Haja vista ter ocorrido no Brasil pós-abolição uma espécie de branqueamento da sociedade brasileira, uma vez que mesmo “livres” as pessoas negras não foram inseridas na condição de cidadãos. Pelo contrário elas foram abandonadas as próprias expensas. O abandono tanto foi por parte do Estado, quanto dos ex proprietários e da sociedade que não os reconhecia como cidadãos brasileiros.

Os escravizados desde o século XVI sustentaram a economia do Brasil, ou seja, por cerca de trezentos anos, as pessoas negras executaram as várias atividades demandadas pela economia colonial. Todavia, após 1888, os negros (as) foram expulsos das plantações e dos domínios dos seus senhores e nada receberam pelos longos anos de trabalho escravizado, nesse interim nem o governo brasileiro deu subsídio para que a população negra se integrasse a nova sociedade em formação. Sobre essa questão é pertinente a afirmação abaixo:

Quando a escravidão foi abolida por lei, em 1888, a população negra se tornou livre, porém não tiveram respaldo nenhum do Governo Brasileiro pelos anos que trabalharam. (VERÍSSIMO, 2008: 01)

A partir de então, tanto os homens negros quanto as mulheres negras foram negados pela sociedade da época, não tendo apoio algum. Após o fim da “escravidão”, os então ex proprietários dos negros e negras não desejavam tê-los como trabalhadores (as) nas suas lavouras e plantações de café.

Apesar de tê-los usado tanto tempo nos mais variados serviços, e ter cometido crimes terríveis, os senhores deixaram- lós de lado, quando foram os negros (as) que sustentaram a economia do Brasil. Estes foram então substituídos pelos imigrantes europeus que foram incorporados ao mundo do trabalho brasileiro logo após a abolição.

Além de substituir os negros (as) pelos europeus nas plantações de café, existia a teoria de branqueamento. Sobre essa teoria vemos o que os pesquisadores Matos e Tella afirmam,

Branquear a população era de fundamental importância para o Estado brasileiro, que, em parceria com fazendeiros do café da Região Sudeste do Brasil, recrutava mão de obra europeia para substituir os negros recém-libertos. (MATOS; TELLA 2012:36)

Acerca dessa questão esses pesquisadores/as ainda afirmam que,

A importação de mão de obra livre e branca parecia ser a saída perfeita para dois problemas que assolavam o grupo dominante: os custos elevados do trabalho escravo e o tamanho da população negra na composição da sociedade brasileira. Dessa forma, o processo de branquear a população brasileira poderia ser iniciado. (MATOS; TELLA 2012:37).

No contexto da sociedade moderna as pessoas negras, apesar de livres foram excluídas, visto que os senhores passaram a contratar a mão de obra imigrante e branca. Abandonados pelos ex proprietários e pelo Estado, os homens negros não conseguiram trabalhar para sustentar a sua família, então foram às mulheres negras a se tornarem as responsáveis pelo sustento da família, tornando assim famílias matriarcais e não patriarcais como era o predomínio da sociedade branca da época. De acordo com Veríssimo,

Como os antigos senhores se recusavam empregar os homens negros, as mulheres negras, simbolizando a sua resistência foram para as ruas vender seus quitutes, originando renda para suas famílias. (VERÍSSIMO, 2008: 01)

Desta feita, durante muito tempo permaneceu impregnado no imaginário social brasileiro, que as profissões de menor prestígio social deveriam ser destinadas as pessoas negras.

De acordo com Matos e Tella foi

No final do Século XVIII, que o racismo passou a ser difundido defendendo a ideia de que as características físicas e biológicas passariam de geração para geração. Mas, no início do Século XIX, o tráfico de africanos escravos começou a receber ataques de abolicionistas, tanto na Europa quanto nas Américas. Nesse período, as áreas de conhecimento científico tentam explicar e justificar a superioridade dos brancos caucasoides sobre os não caucasoides, dos quais o africano foi o principal alvo. Nesse período, havia uma dupla carência teórica: a falta de uma ideologia racista elaborada, que defendesse a exclusão ou a exploração de povos, e a de uma teoria ou ideologia que atacasse os fundamentos da escravidão (MATOS; TELLA, 2012: 29).

Sobre a divulgação das teorias racistas acerca do negro (GOMES, 1992/1993) nos revela que durante uma pesquisa em uma escola pública nos anos de 1992- 1993 na cidade de Belo Horizonte, notou-se que,

As teorias raciais presentes no cotidiano escolar e na sociedade não surgiram espontaneamente, nem são meras transposições de pensamento externo. Elas sofrem um processo de retroalimentação, e terminam por legitimar o racismo presente no imaginário social e na prática social e escolar. (GOMES, 1992- 1993).

Em outro momento Gomes nos diz que, que durante a realização da pesquisa percebeu,

[...] a presença de um discurso sobre a incapacidade intelectual do negro. Semelhante àquele preconizado nas obras do médico Nina Rodrigues (1862- 1906), apoiado nas teses europeias do racismo científico. A força da teoria da inferioridade biológica e intelectual do negro se faz presente não só no cotidiano da escola, mas, também, na vida dos negros e negras brasileiros/as de um modo geral.

De acordo com Gomes, autores como Florestan Fernandes e Otávio Ianni,

[...] trouxeram contribuições interessantes ao mostrar as desigualdades entre os segmentos brancos e negros da população brasileira. Esses pesquisadores realizaram uma análise das desigualdades raciais após o advento da escravidão, porém as interpretaram enquanto herança do regime escravista, que se tornava cada vez mais incompatível com a sociedade competitiva e dividida em classes (GOMES, 1992- 1993).

Porém para Gomes,

[...] apesar de sua importância ao ressaltar a existência das desigualdades raciais, ajudando a desmitificar a democracia racial, a corrente da qual fazem parte esses sociólogos apresenta uma visão

muito otimista quanto ao futuro das relações raciais na sociedade capitalista. Sob esse ponto de vista, a tendência da discriminação racial seria o seu desaparecimento com a industrialização (GOMES, 1992- 1993).

Por isso, é relevante compreender os caminhos que as pessoas negras trilharam na sociedade brasileira do final do XIX e início do XX, sobretudo, quando alguns chegaram a posições, que por vários anos foi de domínio dos homens brancos e mulheres brancas como é o caso do acesso ao ensino superior.

Gomes ainda nos alerta

[...] que, nos últimos anos, o quadro das relações raciais no Brasil vem sofrendo mudanças significativas. Essa mudança é fruto de gestos coletivos tais como: o movimento nacional e internacional de organização dos negros e, mais especificamente, das mulheres negras e a luta pela garantia dos direitos sociais.

Porém de acordo ainda com essa pesquisadora,

[...] ainda não chegamos ao ponto desejado. Falta muito para que a sociedade brasileira assuma que a luta pela superação do racismo e da discriminação racial e de gênero deve ser incorporada pela sociedade como um todo e não somente pelos grupos que se sentem diretamente atingidos pelo racismo e pelo sexismo (GOMES, 1992- 1993).

Para Gomes, as pesquisas de Hassenbalg e Silva, vão além das discussões de autores como Ianni e Fernandes. Quando afirmam que os estudos desses autores,

[...] ao analisar as questões estruturais, a mobilidade social e a raça. Esses autores dialogam com as tendências que reduzem a condição da população negra no Brasil à mera questão de classe. Não negam a interferência da classe social para se discutir a questão racial na sociedade brasileira. Porém, seus estudos revelam que os negros, se comparados com o segmento racial branco pertence à mesma classe social, sofrem uma desqualificação específica e, ainda, enfrentam desigualdades competitivas que se relacionam à sua pertinência racial.

Por isso, analisar a trajetória e ascensão da população negra nos possibilita compreender as relações raciais desencadeadas na sociedade branca desde o final do século XIX; esta sociedade tende a negar o racismo, no entanto ele está inserido no imaginário dos brasileiros, sendo assim, uma evidencia de que as teorias racistas do

século XIX, as quais inferiorizam as pessoas negras foram bem difundidas e incorporadas pelos dirigentes sociais brasileiros e ainda encontra-se presente.

Pensar a população negra no ensino superior é lembrar, que não podemos deixar de lado os percursos que os mesmos fizeram desde o período colonial até a contemporaneidade. Esse longo período sempre fora marcado por lutas.

Adentrar nesse campo é recordar, as conquistas alcançadas, o que representou a sua inserção na sociedade brasileira. Os trajetos até o ensino superior foram longos e muitas barreiras tiveram que ser quebradas, uma vez que os negros (as) ao chegarem ao Brasil foram submetidos à escravidão e quando “libertos” não foram inseridos na sociedade. Em meio às barreiras impostas pela sociedade e aos estigmas de “inferiorização” social, os negros (as) nunca se deixaram dominar e desde muito tempo vem rompendo murros e construindo espaços e trilando outros caminhos, até pouco tempo visto como impossível para negros (as) como o acesso ao ensino superior.

A perspectiva da sociedade era fazer com que as pessoas negras se sentissem inferiores, assim como a cultura afro-brasileira fosse inferiorizada, o que fez com que desde muito tempo predominasse no Brasil a cultura europeia. Sendo assim, as práticas culturais das pessoas negras foram desde então negadas. Segundo Souza,

[...] Com isso, houve o desmantelamento da cultura e família africana, ao aportarem no Brasil, os escravos foram: trocados, vendidos, separados, receberam nomes que não condiziam mais com sua identidade africana, sendo obrigados a cultuarem uma religião não condizente com sua relação existencial. (SOUZA, 2008: 01)

Mesmo assim, as pessoas criaram diversas formas de resistências à opressão; livres da escravidão passaram a viver a margem da sociedade e excluídos dos direitos básicos a exemplo do trabalho, salário e, sobretudo da educação.

Algo não diferente dos dias atuais, pois a população negra ainda sofre com a falta desses direitos que deveriam ser prioridades.

Para Ferreira e Soares,

Atualmente, em decorrência de pressões de movimentos negros, assim como pressões internacionais que chamam por uma sociedade mais justa, surgem ações governamentais que figuram como políticas de estado objetivando diminuir, ou até mesmo acabar, com os altos índices de analfabetismo da população de um modo geral e da população negra de maneira especial (FERREIRA e SOARES, 2011: 04)

Segundo Silva,

As cotas vêm passando por profundas e ácidas, críticas, tais iniciativas são feitas por aqueles que julgam as diferenças sociais e raciais dos negros, comparativamente às dos brancos, como inferioridade, anormalidade desvio. Formulam, eles com base em preconceitos, juízos que difundam uma imagem negativa dos negros. Com isto, tentam manter os negros afastados da possibilidade de vir a, com eles, concorrer tanto no ingresso na universidade como, futuramente, na batalha por emprego (SILVA, 2003: 46).

Ainda de acordo com essa pesquisadora,

[...] Tais críticas, sejam elas em tom agressivo ou até mesmo benevolente, revelam rejeição explícita ou camuflada aos negros e, sobretudo dificuldade ou falta de vontade para enfrentar as tensas relações raciais constitutivas, justamente com outras relações sociais, da sociedade brasileira. (SILVA, 2003: 46- 47).

Essa pesquisadora ainda afirma que uma camada dos críticos as cotas raciais entendem que as,

[...] políticas de ações afirmativas dirigidas aos negros seriam como esmolas e não aceitam que possam trata- se de metas imprescindíveis para uma sociedade que não apenas se diz democrática, mas que se organiza para sê-lo (2003: 47).

Não se pode falar em democracia em direitos iguais, para uma sociedade que infelizmente discrimina o negro (a) e que o nega enquanto sujeito histórico e possuidor de direitos, assim como o acesso a educação.

1.2 As Pessoas e a Construção da Identidade Racial no Brasil

Em uma pesquisa realizada na cidade de Belo Horizonte estado de Minas Gerais, em uma escola pública nos anos de 1992- 1993 a pesquisadora Gomes, investigou como o contexto escolar vivenciado por professoras negras contribuiu para a reprodução do preconceito, da discriminação racial e de gênero, e de como ocorre a construção da identidade. A história oral foi o procedimento para a realização da pesquisa.

O processo de construção da identidade racial do/a negro/a se inicia na família e vai criando ramificações e desdobramentos a partir das outras relações que o sujeito estabelece. Na pesquisa realizada, a importância da família se apresentou como um tema recorrente em todas as entrevistas. As lembranças do ambiente familiar e da presença ou não de situações de discriminação e de preconceito racial

na infância, na adolescência e na vida adulta fazem parte da história de vida de professoras (GOMES, 1996).

Gomes (1996) nos diz que, ao longo das entrevistas sobre a retrospectiva de vida,

[...] todas as mulheres entrevistadas abandonaram a auto-classificação baseada nas nuances de cor (morena, mulata, chocolate, etc.) para se identificarem como mulheres negras. O que causou tal mudança? O fato de que o ato de lembrar nos coloca como sujeitos da nossa história. E isso aconteceu com cada mulher entrevistada. Desta vez, as professoras negras falaram da sua própria experiência, marcada por uma trajetória em que o racismo, a discriminação racial e o preconceito sempre estiveram presentes (GOMES, 1996).

Sobre a importância da família no processo de socialização Rocha, escreve que na Paraíba do século XIX os tantos negros (as) que sustentavam a economia paraibana não conseguiram benefício algum das riquezas produzidas, porém conseguiram criar laços afetivos em muitos casos familiares.

Tais como: compadrio e participação em irmandades religiosas, criando assim formas de resistência contra o sistema escravista. Vejamos.

(...) Todavia, quase nunca estiveram entre os que se beneficiaram com a riqueza produzida no território paraibano, nem mesmo quando se deu a “modernização” na zona rural (transformação dos engenhos centrais em usinas), visto que houve uma forte concentração fundiária que prevalece até a atualidade. Entretanto, dentro das conjunturas sociais e políticas do século XIX conseguiram estabelecer laços familiares e criaram espaços de sociabilidades, assim, buscaram viver da melhor forma possível, na sociedade escravista (ROCHA, 2011: 10).

Podemos notar através dos escritos de Gomes (2006) sobre o final do século XX na cidade de Belo Horizonte- Minas Gerais e o de Rocha quando nos descreve a sociedade paraibana escravista do século XIX, que em ambos os casos as redes de socialização de familiaridade, aparecem como uma forma de resistência e importância para a população negra bem como para a construção de suas identidades. Segundo ainda Rocha,

Essas construções de redes sociais, pela via do compadrio ou da participação em irmandades, provavelmente, contribuíram para que

mulheres e homens pardos conseguissem sobreviver numa sociedade escravista que, no Oitocentos, passou por inúmeras transformações, entre as quais, o olhar cada vez mais atento das autoridades imperiais para esse grupo social, pois o sistema escravista entrava em declínio, e as elites da Paraíba reclamavam, com frequência, a “falta de braços” para a lavoura. (ROCHA, 2011: 10)

Segundo Gomes as teorias racistas “[...] ainda estão presentes na atualidade e mantém sua força ideológica não apenas entre a comunidade branca, mas entre parcelas significativas da comunidade negra.” Sobre o processo das identidades podemos afirmar que estão constantemente em construção.

A identidade não é inata. Ela se constrói em determinado contexto histórico e cultural. Segundo Novaes, ela envolve os níveis sócio- político e histórico em cada sociedade. A referida autora ainda nos diz que a identidade, em um sentido mais amplo e genérico, envolve um nós coletivo que é invocado quando “[...] um grupo reivindica uma maior visibilidade social face ao apagamento a que foi, historicamente, submetido (GOMES, 1996: 70- grifo do autor).

Entendemos que a construção da identidade perpassa pelas esferas sociais e culturais e encontra-se em constante mudança no meio em que vivemos. Segundo Chagas (2010: 89)

A identidade que socialmente assumimos é resultado da relação que estabelecemos e vivenciamos com os diversos grupos e instituições. A partir do momento que incorporamos referências, códigos e valores culturais pertinentes ao grupo étnico no qual nascemos, fomos criados e educados, começamos a construir a nossa etnicidade.

Podemos nos afirmar então pertencente a um grupo ou até mesmo a uma identidade. Ainda sobre a construção das identidades Chagas (2010: 89) afirma que,

[...] Logo, a valorização dos referenciais culturais de cada grupo é importante para a manutenção da cultura, sobretudo, porque possibilita aos sujeitos identificarem-se e expressarem o seu pertencimento étnico.

Sendo assim, a investigação do presente tema nos possibilita entender como essas identidades veiculadas a política das ações afirmativas, podem se tornar

identidades de valorização, reconhecimento de uma população por sua etnia. Gomes, ainda nos revela que:

A identidade racial é um processo complexo que, assim como outros processos indentitários, se constrói gradativamente, envolvendo desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, até a socialização nos outros tempos/espços sociais.

Segundo Queiroz.

Outra face do racismo presente no sistema educacional, é o silêncio dos currículos escolares sobre a história e à cultura negras. As práticas escolares atingem, ainda, negativamente, a criança negra quando reforçam uma imagem estereotipada e inferiorizante do negro, com pesadas consequências para sua autoestima e para a construção da sua identidade (Silva, 1995, 2000a, 2000b; Gomes, 2000; Silva, 2001). Todos esses fenômenos concorrem para reduzir as possibilidades ou afastar o estudante negro das oportunidades de uma escolarização bem sucedida (QUEIROZ, 2002: 17).

Por isso, pensar na construção da identidade racial é levar em consideração as peculiaridades dessa formação. Para então, podermos analisar o longo processo dessa formação, devemos assim considerar o contexto histórico, cultural e social. Pois para Queiroz,

De modo geral, as informações sobre a escolarização da população afro-brasileira são ainda bastante insatisfatórias, sobretudo no que diz respeito aos patamares mais elevados. Até há bem pouco tempo, não se dispunha de qualquer informação sobre a presença dos segmentos raciais no ensino superior no Brasil. O estudo sobre a Universidade Federal da Bahia- UFBA é, provavelmente, o primeiro esforço no sentido de revelar a condição racial dos estudantes que frequentam as universidades federais brasileiras (Queiroz, 2000). Essa pesquisa se originou exatamente da constatação da inexistência de informações sobre a participação dos segmentos raciais no ensino universitário, situação que evidencia a invisibilidade da raça como uma variável relevante para explicar a participação diferenciada dos indivíduos na sociedade brasileira (QUEIROZ, 2002: 18).

De acordo com Queiroz, um estudo realizado na UFBA para descobrir a cor dos futuros universitários (as) revelou que,

A investigação da cor ou raça do estudante obedeceu a procedimento de autoclassificação, sob duas modalidades. No primeiro momento, o questionário apresentava ao estudante uma questão aberta, que lhe permitia usar o termo que desejasse para definir a própria cor ou raça. No segundo momento, lhe foi apresentada uma pergunta fechada, em que as opções de respostas eram as categorias de uso do IBGE: branca, parda, preta amarela e indígena. Esse procedimento já havia sido adotado em outros estudos a respeito da peculiaridade do sistema de classificação racial praticado no Brasil. (QUEIROZ, 2002: 19).

Segundo Queiroz,

[...] a literatura tem discutido o tema da classificação racial brasileira. Num dos eixos dessa discussão está a crítica às categorias utilizadas pelo IBGE. Para Harris (1993), as categorias censitárias anulariam a principal característica do modo de classificação racial dos brasileiros, representada pela grande quantidade de termos utilizados pela população para se definir racialmente e pela ambiguidade que envolve a sua aplicação. O interesse da pesquisadora em adotar as duas formas de autoclassificação foi, por um lado, verificar a hipótese, subjacente ao debate, da pertinência das categorias censitárias para examinar o modo de classificação praticado no Brasil, por outro, constituir uma base de informações que possa ser comparável a outros estudos. (2002: 20).

Para Queiroz,

O debate em torno do sistema de classificação racial brasileiro é hoje particularmente relevante porque atravessa a discussão em torno da adoção de políticas de combate ao racismo, ou políticas de ação afirmativa para negros. Um dos argumentos contrários a tais políticas baseia-se na idéia de que a fluidez do sistema de classificação racial praticado no Brasil não permitiria definir com clareza quem seriam os beneficiários de tais políticas, isto é, não permitiria saber quem é negro no Brasil. O objetivo da análise em torno do sistema de classificação racial, [...] (QUEIROZ, 2006: 20).

Ainda de acordo com Queiroz, a pesquisa evidenciou que,

Em todas as universidades pesquisadas, a autoclassificação espontânea revelou a adoção, pelos estudantes, de uma ampla variedade de termos para definir a própria cor, confirmando o que já haviam evidenciado outras pesquisas, a exemplo dos estudos de Marvin Harris e do levantamento realizado pelo IBGE, através da PNAD/1976, sobre como se classifica a população brasileira (Apud Silva 1994) (QUEIROZ, 2006: 20).

Sabemos que essas nuances de cor que a população brasileira se auto classifica, tem haver com a teoria do branqueamento que foi difundida por intelectuais brasileiros, logo após a abolição da escravatura e desde então a população negra brasileira, se viu forjada a negar sua negritude desde então adotando outras classificações.

1.3 As Teorias Racistas no Imaginário Social sobre as Pessoas Negras no Brasil

A população negra brasileira costuma ser pensada a partir de discursos que remetem ao período da escravidão. O acesso de pessoas negras aos cursos superiores é uma das possibilidades de ascensão educacional e discussão de sua condição social. Todavia a ascensão das pessoas negras ao ensino superior através das cotas raciais desde o início foi motivo de polêmica, e as posturas de alguns setores da sociedade brasileira, longe de colaborar com a discussão, reacenderam as teorias racistas do final do século XIX e início do século XX.

Nesse sentido o acesso das pessoas negras a educação superior abriu a discussão sobre as teorias racistas, visto que estas foram evidenciadas nos discursos proferidos. Tais discursos corroboraram com a ideia de inferioridade da pessoa negra e assim influenciaram no processo de construção da identidade de alunos (as) negros (as) que tiveram acesso ao ensino superior através das cotas. Sobre isso nos adverte Gomes,

[...] existe uma ideologia racial presente no cotidiano escolar. Ela pode ser observada em frases aparentemente inocentes e tão presentes no imaginário e nas práticas educativas da escola, como por exemplo: ‘Esta aluna é negra, mas é tão inteligente!’ ‘Eu pensava que a professora do meu filho fosse assim... Mais clarinha!’ ‘A professora usa caneta preta porque é preta.’ (GOMES, 1996: 69)

Durante a realização de uma pesquisa, realizada por Gomes em uma escola pública com professoras negras, esta autora revela que percebeu a presença de discursos discriminatórios e de opressão quanto ao negro (a) brasileiro, “[...] um discurso sobre a incapacidade intelectual do negro. Semelhante àquele preconizado nas obras do médico Nina Rodrigues (1862- 1906), apoiado nas teses europeias do racismo científico. A força da teoria da inferioridade biológica e intelectual do negro se faz presente não só no cotidiano da escola, mas, também, na vida dos negros e negras brasileiros/as de um modo geral.”

Em outro momento do texto essa autora nos diz que,

Outra teoria que também se apresenta com muita intensidade na escola é a democracia racial, em termos bastante semelhantes àquela defendida pelo sociólogo Gilberto Freyre (1900- 1987). Essa corrente ideológica, divulgada a partir da década de 30, traz certo 'alívio' à consciência da sociedade brasileira. Ela afirma que as diferentes raças/etnias formadoras da nossa sociedade convivem historicamente de forma harmoniosa e sem conflitos (GOMES, 1992- 1993).

Por isso, se faz necessário analisar as teorias racistas que estiveram impregnadas no imaginário da sociedade e corroboram de forma negativa em muitos casos, no processo de exclusão educacional de tantos negros (as). Acreditamos que seja de suma importância a implantação das políticas de ações afirmativas, para grande parte da sociedade brasileira. Que fora excluída no processo histórico, social e cultural como é o caso da população negra brasileira. Acerca dessa questão Queiroz nos revela que,

A autoimagem de um Brasil racialmente democrático tem dificultado a emergência de uma visão crítica sobre as relações raciais no Brasil. Historicamente, essa visão foi responsável por uma banalização das desigualdades entre brancos e negros as quais, somente nas últimas décadas, começam a sensibilizar a sociedade brasileira (QUEIROZ, 2002: 15).

Pois de acordo com essa pesquisadora,

Outra face do racismo presente no sistema educacional é o silêncio dos currículos escolares sobre a história e à cultura negra. As práticas escolares atingem, ainda, negativamente, a criança negra quando reforçam uma imagem estereotipada e inferiorizante do negro, com pesadas consequências para sua autoestima e para a construção da sua identidade (apud Silva, 1995, 2000a, 2000b; Gomes, 2000; Silva, 2001). Todos esses fenômenos concorrem para reduzir as possibilidades ou afastar o estudante negro das oportunidades de uma escolarização bem sucedida (QUEIROZ, 2002: 17).

Acerca dessa questão Silva, nos fala da necessidade de práticas educativas voltadas para a população negra,

[...] assim como as investigações que reflitam, conforme indica Tillma (apud 2002, p. 361) para o campo da educação, práticas e valores próprios das experiências históricas passadas e contemporâneas dos descendentes de africanos. Mais ainda, que adotem paradigma que enfatize tanto sua cultura como os caminhos que lhe são peculiares

para produção de conhecimentos, e, além do mais, comprometam-se com o fortalecimento da comunidade negra (SILVA, 2003: 49).

Só assim, o negro (a) irá se sentir pertencente a sua cultura e história, o racismo sofrido por essa população precisa ser enfrentado por todos (as).

CAPÍTULO II

AÇÕES AFIRMATIVAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

2.1 O Estado Brasileiro e as Políticas de Ações Afirmativas para as Pessoas Negras

Os pesquisadores Tenório e Reis, nos falam da necessidade da promoção das políticas de ações afirmativas e da importância da criação das políticas públicas,

[...] É necessária à criação de estratégias promocionais capazes de estimular a inserção e inclusão de grupos socialmente vulneráveis nos espaços sociais. Neste caminho situam-se as ações afirmativas como instrumento de inclusão social e vale salientar, ao falarmos em ações afirmativas, aqui, estamos considerando não somente as políticas de acesso, mas também aquelas que visam à garantia da permanência no ensino superior (p. 03).

Assim, a discussão sobre direitos, cidadania e políticas de inclusão social no Brasil “passou a envolver o debate público sobre a implantação de ações afirmativas como uma das formas que promoveriam o acesso a bens, recursos canais de inserção e mobilidade social para indivíduos e grupos ‘potencialmente excluídos’.” (PINTO, 2006:136). Acerca dessa questão Pinto, ainda afirma que:

“[...] Embora as chamadas ‘políticas de ação afirmativa’ envolvam uma série de medidas que tem por fim neutralizar e compensar os efeitos negativos da discriminação racial, as cotas raciais (para pretos, pardos, índios) no vestibular de ingresso para as universidades públicas tomou o centro da discussão.” (PINTO, 2006: 136).

Pois para Pinto, as cotas trouxeram polêmicas, sobretudo para algumas parcelas conservadoras da sociedade brasileira,

[...] A implantação da política de cotas para ingresso nas universidades estaduais do Rio de Janeiro gerou uma intensa polêmica na imprensa- sendo o jornal O Globo simultaneamente o principal fórum e ator midiático do debate- e em certos círculos acadêmicos sobre os possíveis benefícios e prejuízos acadêmicos e sociais que tal medida poderia trazer (PINTO, 2006: 136).

Segundo Pinto,

A política de cotas também deve ser pensada no contexto empírico das instituições universitárias nas quais ela está sendo implantada. Uma das características do debate sobre as cotas é o uso abstrato e idealizado da noção de ‘universidade’, que seria uma instituição exclusivamente meritocrático, cuja excelência estaria sendo ameaçada- segundo os opositores às cotas-, ou uma instituição excludente, que se estaria furtando à sua obrigação social de combater as desigualdades sociais- segundo os defensores das cotas (PINTO, 2006: 140)..

Segundo ainda Pinto,

[...] O sistema meritocrático que estrutura o ensino universitário é atravessado por relações de poder e mecanismos de exclusão/inclusão são baseados em redes de relações pessoais, as quais sem dúvida incluem critérios identitários na sua organização, porém é bastante duvidoso que tais mecanismos sejam sistematicamente aplicados em termos meramente raciais ou racistas. Ao mesmo tempo, a capacidade das universidades públicas de socializar seus alunos em um sistema de pensamento inscrito em saberes formais e socialmente valorizados tem sido cada vez mais reduzida por causa das dificuldades financeiras, dos limitados recursos humanos, da falta de bens culturais fundamentais- como livros ou materiais de pesquisa- e do estado de abandono das instâncias mediadoras do acesso a estes, como as bibliotecas e os laboratórios (apud PINTO, 1999). (PINTO, 2006: 140)

Para Zoninsein e Feres Júnior, os anos noventa representou avanços para os Programas de ações afirmativa no Brasil,

A partir de 1995, órgãos do governo federal, estadual e municipal, organizações não governamentais, movimentos sociais e setor privado começaram a implantar, em número crescente, programas de ação afirmativa no Brasil. Contudo, ao longo desse processo não foi desenvolvida uma estratégia clara para integrar as várias abordagens utilizadas nesses programas e coordenar seus objetivos específicos de forma conceitual e prática (ZONINSEIN; FERES JÚNIOR, 2006: 09).

Ainda sobre essa questão os pesquisadores Zoninsein e Feres Júnior, continuam nos informando que a implantação das políticas públicas em diversos setores a partir de 1995 representou,

[...] na maioria dos casos, tais programas não incluem os critérios normativos, os métodos e os instrumentos institucionais que possibilitem: 1) avaliações em relação à qualidade e à eficiência da ação afirmativa em contextos específicos; 2) definições de prioridades

para o uso dos recursos escassos institucionais, financeiros e humanos; e 3) planejamento e implantação de vínculos institucionais entre programas de ação afirmativa e outras políticas de desenvolvimento regionais e/ou nacionais (ZONINSEIN; FERES JÚNIOR, 2006: 09).

Compreender como a população negra teve seus direitos negados durante séculos é de suma importância, para compreensão das reivindicações dos tantos negros (as) do Brasil, bem como a garantia de políticas públicas de ações afirmativas, tal como as cotas raciais e sociais.

Queiroz nos revela que,

No Brasil, evidencia-se cada vez com maior nitidez a necessidade de uma atuação política efetiva no combate às desigualdades raciais. As lutas e demandas colocadas pela população negra no sentido da reparação das históricas desigualdades e da eliminação das marcas dos preconceitos têm ecoado na sociedade. Instaurou-se, no país o debate sobre a adoção de medidas que venham corrigir a histórica defasagem a que está submetido um grande conjunto de brasileiros, entre os quais os negros representam uma parcela considerável (QUEIROZ, 2001, p. 10- 11).

Tenório e Reis discorrem que “o acesso ao ensino superior não é a única aspiração dos movimentos sociais, dos estudantes e de outros segmentos.”. Que além das políticas de ações afirmativas para o acesso dos excluídos socialmente e culturalmente se faz necessário à criação de políticas favoráveis a permanência dos mesmos no ensino superior. Sendo assim,

[...] Há de se considerar a permanência da qualidade para os estudantes cotistas. Daí ações são projetadas e algumas implementadas, na tentativa de garantir esta permanência e quando as estratégias formais não são suficientes, entram em cena as chamadas “redes de solidariedade”, a “ajuda mútua”, o “se virar” e outros tantos conceitos que neste artigo estão denominados de estratégias informais de da população negra no ensino superior (TENÓRIO e REIS, p.06).

Para Silva,

[...] a universidade no Brasil está sendo chamada a participar da correção dos erros de 500 anos de colonialismo, escravidão, extermínio físico, psicológico, simbólico de povos indígenas, bem como dos negros africanos e de seus descendentes. (2003: 46).

As políticas públicas no Brasil, assim como as ações afirmativas em forma de cotas para a população negra, surgem através das batalhas dos movimentos reivindicatórios, que solicitam reparação por parte do Estado para as camadas excluídas historicamente.

Segundo ainda a pesquisadora os,

Órgãos superiores de universidades, notadamente das públicas respondendo a reivindicações e propostas do Movimento Negro e também instalados por compromissos internacionais, assumidos pelo Brasil, de combate ao racismo e a discriminações, começam a se interessar pela demanda de reconhecimento de seus direitos, de sua cultura, identidade, história, feita pelos negros e também pelos povos indígenas (2003: 46).

2.2 As Cotas Sociais e Raciais no Ensino Superior

O pesquisador Carvalho, (2002: 81) discute que desde a formação das universidades brasileiras, os negros brasileiros sofrem exclusão no acesso ao ensino superior,

[...] Desde a formação das universidades brasileiras no século dezenove, não houve jamais um projeto, nenhum plano que discutisse quem faria parte da elite que se diplomaria nas Faculdades de Direito, Medicina, Farmácia e Engenharia existente naquela época.

Vale lembrar, que já discutimos anteriormente nesse trabalho, que pesquisas nos revelam que até os anos sessenta do século XX a população negra era predominante analfabeta, não possuíam sequer o ensino primário, o que pensar do ensino superior que surge bem mais tardiamente para a população negra.

Carvalho nos diz que:

[...] no início dos anos 30, foi criada a Faculdade Nacional de Filosofia (mais tarde Universidade do Brasil), a questão racial não foi discutida e confirmou-se pela ausência de questionamento, de que estaria destinada a educar a mesma elite branca que a criou, contribuindo assim para sua reprodução enquanto grupo. (2002: 81)

De acordo ainda com esse autor,

É importante lembrar, por exemplo, que Guerreiro Ramos, um dos grandes sociólogos e pensadores da condição nacional brasileira,

formou-se na primeira turma da Faculdade Nacional de Filosofia, porém não conseguiu ser professor da instituição- foi vítima de várias perseguições, raciais e políticas, que resultaram na sua exclusão do grupo seletivo que formou a geração seguinte à sua na primeira universidade pública brasileira. Da mesma forma, Edison Carneiro, mulato baiano, um dos maiores estudiosos da cultura do negro no Brasil, autor de livros hoje clássicos sobre religiões afro-brasileiras e cultura popular, e que chegou a ser Presidente da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, não conseguiu exercer a cátedra de Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (2002: 82)

1

Carvalho ainda nos diz que esses professores que escreveram sobre a exclusão dos negros no ensino superior, sofreram com a própria exclusão, pois não conseguiram ocupar cargos, vejamos o que disseram:

[...] Professores de trajetórias intelectuais apagadas se sucederam nos cargos que nenhum dos dois, brilhantes como foram, conseguiram ocupar. Podemos acrescentar, ainda, a esta lista de excluídos ilustres o nome de Clóvis Moura, intelectual que dedicou sua vida a escrever ‘sobre a história do negro Brasil e que, da mesma forma que os outros, não conseguiu lecionar, até onde sei, em nenhuma das universidades de renome do país. (2002: 82).

Para Carvalho, (2002: 82) a ausência de negros (as) intelectuais que escreveram sobre a própria ausência dos negros (as) ao ensino superior, nos mostra outra problemática que os próprios foram excluídos das instituições universitárias.

[...] A ausência, entre os quadros das universidades brasileiras, de acadêmicos negros produzindo conhecimento e reflexão sobre a questão negra na educação deixou essas instituições com pouca capacidade para refletir com isenção sobre sua própria saída que nossa academia não foi apenas neutra em relação aos três intelectuais negros acima mencionados.

¹[...] A primeira proposta de cotas para negros (20%) em universidades públicas federais surgiu na UnB, em 1999, apresentada ao Conselho de Ensino e Pesquisa (Consepe) pelos professores José Jorge Carvalho e Rita Laura Segato [...]. A reivindicação pelo acesso ao ensino superior para a população negra, indígena constitui uma mobilização política com grande visibilidade nas últimas décadas. O passado escravista, associado à manutenção de um sistema político e educacional pouco democrático, são as bases históricas para se entender as intensas desigualdades educacionais observadas na educação brasileira contemporânea. (GUIMARAES, 2000 apud OLIVEIRA e MOLINA, 2007). (SANTOS e QUEIROZ, 2005- 2006: 61).

O pesquisador Carvalho, nos diz que isso representou a contracorrente da ação afirmativa, e conseqüentemente mais racismo da sociedade que desconhece a cultura da população negra.

[...] hoje tão discutida, o fato de que eles não puderam participar da história da nossa vida universitária deve ser lida como uma ação negativa, entendida como uma reação à possibilidade de uma integração do negro em cargos de prestígio social e econômico no país (2002: 82).

Para Carvalho, o momento de 2002,

[...] a classe universitária brasileira ainda não parou para pensar a sua condição branca excludente. Porque a academia se espelha na Europa e nos Estados Unidos, a imagem que fazemos de um acadêmico não inclui um negro e não temos nenhuma imagem da academia na África. (2002: 83).

Segundo Silva,

Primeiramente, a Universidade Estadual da Bahia (Uneb), assim como a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) propuseram e efetivaram reserva de vagas para negros, tendo como critério primeiro a aprovação no concurso vestibular. Em decorrência, vêm, elas, enfrentando desqualificações e processos jurídicos da parte dos que se sentem prejudicados e tentam impedi-las de dar continuidade a tão importante decisão política (2003: 48).

Para Silva, a Universidade de Brasília (UnB) também enfrentou o mesmo sistema de represália, vejamos:

[...] na mesma perspectiva de crítica à homogeneidade da composição da comunidade universitária, no que diz respeito à cor de seus estudantes, docentes, servidores, branca, a UnB aprovou normas e passou a estabelecer estratégias visando garantir o ingresso de negros e índios que demonstrem competências para realizar estudos superiores. Tem se também notícia de outras universidades públicas que vêm promovendo estudos e debates, com o intuito de corrigir distorções e injustiças que mantêm a maioria da população brasileira, notadamente a negra, afastada do direito à educação superior (2003: 48).

De acordo com Queiroz, um estudo realizado na UFBA para descobrir o pertencimento racial dos futuros universitários (as),

[...] revelou a existência de fortes desigualdades entre brancos e negros, provocando a indagação sobre a realidade da participação desses segmentos nas universidades de outras regiões do país e evidenciou a importância de ampliar o estudo (QUEIROZ, 2002: 18).

Para Queiroz,

A investigação sobre a presença dos segmentos raciais na UFBA indicou que cerca da metade dos estudantes são brancos, aproximadamente um terço são pardos e 8% pretos, mostrando, portanto, uma participação dos negros- pardos e pretos- que, embora minoritária, poderia ser considerada expressiva, ante a histórica trajetória de exclusão dos negros na sociedade brasileira. Para o segmento negro, representar quase a metade dos estudantes que ingressam na mais antiga e prestigiada universidade do estado da Bahia, poderia significar um avanço, no entanto, quando se observa seu peso no conjunto da população baiana, percebe-se que eles estão sub-representados na Universidade (QUEIROZ, 2002: 18).

Ainda sobre o estudo essa pesquisadora nos revela que,

[...] é, sobretudo dos brancos o privilégio do acesso a carreiras superiores de prestígio. Aos negros estão reservados os cursos menos valorizados socialmente, como aqueles de formação de professores por exemplo. Ainda nesses cursos eles são, em geral, minoritários. Desta forma, em que pese a expressiva presença dos negros no conjunto da população baiana, eles não estão se beneficiando, na mesma medida que o contingente branco, do acesso à universidade.” (QUEIROZ, 2002: 18-19).

De acordo com Queiroz, as investigações em torno dos segmentos raciais em cinco universidades: UFRJ, UFPR, UNB, UFBA e UFMA no ano de 2000 indicaram que em,

[...] todas as universidades pesquisadas são significativas as proporções de estudantes cujo pai tem instrução universitária, evidenciando assim que o ensino superior é um território relativamente fechado aos filhos de famílias de pouca instrução.” (2002: 35). Ainda sobre essa pesquisa “A análise revelou significativas desigualdades entre os segmentos raciais no ensino superior, evidenciando que a universidade brasileira é um território predominantemente branco (2002: 31).

Para Queiroz,

A ideia de realizar uma investigação envolvendo universidades em diferentes regiões do país objetivou, deste modo, dar visibilidade à situação dos segmentos raciais com relação ao acesso ao ensino superior, contribuindo para a constituição de um acervo de informações que possa vir a apoiar a formulação de políticas públicas voltadas para a educação da população negra. Ainda sobre isso para a autora o presente estudo busca comparar os resultados da pesquisa realizada na Universidade Federal da Bahia- UFBA com os de universidades federais de outras regiões brasileiras: Universidade Federal do Maranhão- UFMA, Universidade Federal do Paraná- UFPR, Universidade Federal Rio de Janeiro- UFRJ, Universidade de Brasília- UnB.

Ainda sobre a proposta de cotas para negros, na universidade pública apresentada ao CONSEPE pelos professores Rita Laura Segato e José Jorge Carvalho, Santos e Queiroz nos revelam que:

[...] o documento apresentado indicava o que se reverberava no contexto acadêmico e político após a realização de um Seminário Internacional, na UnB, promovido pelo Ministério da Justiça, em 1995. Na abertura do seminário o presidente Fernando Henrique Cardoso dizia que os participantes deveriam encontrar soluções criativas e que o racismo era uma questão de Estado, assumindo o compromisso de desenvolver ações compensatórias para os negros brasileiros. Em agosto de 2001, ocorreria, em Durban (África do Sul), a 3ª Conferência Internacional de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), com uma intensa participação de entidades do Movimento Negro brasileiro (SANTOS; QUEIROZ, 2005- 2006: 61).

Sendo assim, os autores nos informam que na abertura do seminário realizado pelo Ministério da Justiça no ano de 1995, o presidente da República Fernando Henrique Cardoso, disse que o racismo no Brasil era “questão de Estado”, questão de todos (as) e que isso deveria ser combatido e aquelas pessoas que encontravam representando os movimentos sociais, deveriam pensar formas de extinguir isso.

Para tanto, as pessoas negras deveriam receber ações compensatórias pelo longo período de escravidão que sofrera.

[...] Nos meses anteriores houve um intenso debate sobre reivindicações e definições conceituais como, por exemplo, o de reparação. O que ocorria no Brasil era um desdobramento de um evento (Nigéria), quando um grupo composto por intelectuais,

representantes governamentais e representantes de entidades de países africanos, dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Caribe reuniu-se para discutir as dimensões históricas, jurídicas e morais do que seja a reparação. Nesse encontro criou-se um comitê internacional para a reparação e, em 1992, a Organização da Unidade Africana (OUA), com o mesmo objetivo, constituiu um grupo formado por especialistas e um secretariado executivo (Araújo, 2001). (SANTOS; QUEIROZ, 2005- 2006: 61-62)

Os pesquisadores Santos e Queiroz realizaram uma pesquisa na Universidade da Bahia e publicaram nos anos de 2005- 2006 na revista USP São Paulo. No texto “Vestibular com cotas: análise em uma instituição pública federal”. Para os mesmos a escolha da Universidade Federal da Bahia (UFBA) pelos cotistas se deu, pois em ocasião a instituição era a única que dispunha de dados sobre a cor dos inscritos nos vestibulares. Vejamos, “A maioria das instituições que adotaram o sistema de reserva de vagas não dispunha da variável cor no formulário de inscrição do vestibular [...]” (SANTOS e QUEIROZ, 2005- 2006: 58).

De acordo ainda com informações das pesquisas de Queiroz e Santos, algumas universidades que adotaram o sistema de cotas não permitiram que houvesse acesso aos dados, pois na ocasião algumas dessas instituições enfrentaram represálias contra a adoção desses bancos de dados, represálias que vieram tanto da mídia, jornais, artigos de intelectuais e até mesmo ações judiciais pelos pais e mães dos alunos (as). Vejamos, Em contrapartida para Santos e Queiroz,

O ano de 1998 tornou-se um referencial para os estudos sobre desigualdades raciais no ensino superior. Nesse período, o debate sobre a inclusão de estudantes negros nas universidades públicas começou por tomar contornos positivos. Com as divulgações das pesquisas pode-se avaliar as desigualdades raciais que os negros (as) veem enfrentando desde o período da escravidão, ao acesso nas universidades brasileiras, assim como o enfrentamento do racismo. (SANTOS e QUEIROZ, 2005- 2006: 61).

Para Silva,

Uma instituição, que se disponha a implantar plano de ações afirmativas para a população negra, não pode encará-lo como ‘proteção a desvalidos’, segundo pretendem alguns. É preciso que um plano com tais metas incentive a compreensão dos valores da diversidade social, cultural, racial e, nestes valores, busque apoio para orientar suas ações educativas, de formação de profissionais e de responsável pelo avanço das ciências. Sem dúvida, a universidade ao prever e executar medidas visando à inclusão de grupos até então

deixados à margem, inclui-se na sociedade, passa a dela fazer parte e assume compromisso com ela, já que deixa de atender unicamente aos interesses de um único segmento até então privilegiado. (2003: 48). Como é o caso dos brancos da elite.

De acordo MUNIZ, MATOS, RIBEIRO e SOARES o Brasil vem desde 2003 tentando reparar discriminações e preconceitos,

[...] com a implantação do sistema de cotas no vestibular nas Universidades Estadual do Rio de Janeiro e Estadual do Norte Fluminense foram pioneiras neste tipo de política de inclusão. Estas propostas foram oriundas da Conferência organizada em Durban na África do Sul que nortearam os movimentos negros a pressionar o poder público no sentido de formular políticas públicas visando uma reflexão acerca de ações afirmativas neste específico grupo étnico.” (2009: 05).

Os pesquisadores nos revelam que,

Na UERJ 50% das vagas são para cotistas o com perfazia já em 2007 um total de 6.488 alunos beneficiados, hoje já perfaz um total de 9.000 alunos cotistas. A UNB iniciou sua primeira experiência no primeiro semestre de 2004 que reservou 20% das vagas para negros oriundos de escolas públicas ou privadas. A UNB foi a 1ª Universidade Federal a instituir o sistema de cotas no seu vestibular tradicional, em junho de 2004. Faz parte do Plano de Metas de Integração Social, Étnica e racial da UNB que deve ser implantado por 10 anos consecutivos. (2009: 05)

Os pesquisadores MUNIZ, MATOS, RIBEIRO e SOARES ainda nos dizem que, hoje a implementação de cotas (reserva de vagas) já está em 44 instituições de Ensino Superior (Federais e Estaduais). Inúmeras polêmicas surgem acerca da constitucionalidade de uma medida como a implementação da Lei de Cotas para negros, principalmente, de sua aplicação ao caso concreto.

2.3 As Cotas nos Estados Unidos e sua Influência no Brasil

O texto da pesquisadora vem nos revelar que a ação afirmativa no Brasil dividiu as opiniões das pessoas que havia celebrando o sucesso dessas políticas nos Estados Unidos. Para a pesquisadora,

O debate sobre a cota racial no Brasil, ou para usar um eufemismo mais palatável, a ação afirmativa, tem dividido as opiniões entre aqueles que celebram os sucessos desta política nos Estados Unidos, e aqueles que desconfiam de qualquer coisa que se pareça com ‘importação de idéias’ exóticas à ‘nossa’ cultura. (AZEVEDO, 2004: 46). De acordo ainda com Azevedo, A proposta de estabelecimento de cotas raciais para o ingresso de estudantes negros nas universidades públicas brasileiras inspira-se diretamente na experiência vivenciada nos campi universitários dos Estados Unidos nas últimas três décadas. (AZEVEDO, 2004: 51).

Vejamos o que Azevedo escreve sobre a política das cotas nos Estados Unidos, que influenciou a política das cotas no Brasil,

[...] Em primeiro lugar, a política de preferência racial esteve longe de ser um sucesso se levarmos em consideração a triste consolidação a triste condição da maioria da população pobre negra americana, sem nos esquecermos ainda dos brancos pobres americanos. Em segundo lugar, a política de preferência racial foi uma escolha política de governantes americanos interessados em salvaguardar a imagem do grande país capitalista [...] (AZEVEDO, 2004: 46)

Segundo Azevedo,

No início dos anos 1960, o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos fez da desigualdade negra uma questão nacional. Durante cerca de dez anos desenvolveu-se intensa atividade no sentido da desmontagem do sistema segregacionista vigente no sul do país. Além de combater in loco a segregação nos espaços públicos e suas respectivas – a doutrina respectiva – a doutrina do ‘separado, mas igual’-, militantes negros e brancos envolveram-se em ações diretas para assegurar o direito de voto ao negro, até então recusado através dos muitos subterfúgios inventados pelos membros racistas dos escritórios de registro eleitoral (AZEVEDO, 2004: 52)

Em outro momento Azevedo nos diz que,

Ao longo dos anos 1970 e 1980, as políticas de ação afirmativa conseguiram se impor no cenário americano, conquistando o apoio da administração federal. A despeito da oposição tanto de segmentos brancos mais conservadores, quanto de militantes negros de tendência separatista (AZEVEDO, 2004:55).

O sistema de cotas na Universidade iniciou a sua carreira em 1973, quando uma determinação jurídica federal (Adams) exigiu que,

Instituições públicas universitárias, localizadas em 19 estados do sul, e meio-oeste, permitissem o ingresso de mais estudantes negros onde houvesse historicamente uma maior concentração de estudantes brancos, e vice-versa (AZEVEDO, 2004: 55)

Porém, para essa autora desde meados dos anos 1980, crítica a respeito da política de cotas na Universidade americana, vem sendo muito forte por parte de cidadãos brancos e negros.

- 1- “Primeiramente, o fato de se permitir o ingresso de alunos negros e outras minorias nas Universidades, não significa garantir que eles efetivamente se graduem. O fato de que muitos dos chamados ‘alunos de ação afirmativa’- ou de acordo com expressão pejorativa, os ‘alunos da cota’- jamais alcancem a formatura explica-se pelo simples motivo de serem jogados em um meio intelectual extremamente competitivo [...]” (AZEVEDO, 2004: 56).
- 2- Um segundo aspecto que permite levantar dúvidas sobre os benefícios obtidos pelo sistema de cotas nas Universidades relaciona-se à origem social dos beneficiados. Segundo Linda Chavez, presidente do Centro por Iguais Oportunidades (Center for Equal Opportunity), sediado em Washington, D. C., as políticas universitárias de admissão preferencial, com base em critérios raciais, têm ajudado aqueles que realmente não precisariam de auxílio. A grande maioria dos candidatos às universidades mais prestigiadas vem de lares confortáveis, e até mesmo abastados, de classe média.” (AZEVEDO, 2004: 57)

De acordo com essa pesquisadora, à aplicação do então modelo americano de cotas nas universidades brasileiras, que em primeiro lugar,

[...] é preciso observar que há no Brasil um sistema de vestibular que se pauta por uma política de ingresso universal. Já nos Estados Unidos inexistia (e inexistiu) algo semelhante. Quando os militantes negros e brancos propuseram o sistema de cotas, ou o sistema de ingresso preferencial para minorias discriminadas, eles apenas respondiam a um sistema de ingresso tradicional que previa mérito do candidato, mas levava em consideração outros fatores, como por exemplo o fato de ele ser filho ou neto de graduados na Universidade onde ele requeria admissão (AZEVEDO, 2004: 60- 61).

Azevedo nos revela que no Brasil o interesse da cota racial se deu através dos movimentos negros, vejamos “Mais e no Brasil, a quem interessa instituir a cota racial? Certamente, ela interessa a algumas correntes dos movimentos Negro, cujas reivindicações nesse sentido já se fazem ouvir desde meados dos anos 1980, a princípio

na voz isolada do então deputado Abdias do Nascimento. Mas é sintomático que a sua concretização só tenha começado a ocorrer a partir de 2001 [...] (AZEVEDO, 2004: 47)

Porém para Azevedo, é

[...] sintomático que a sua concretização só tenha começado a ocorrer a partir de 2001, ou seja, a segunda metade do segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso, aliás, já por demais desgastado e necessitado de produzir ‘novidades’ sociais no início da largada de mais uma campanha eleitoral para a presidência. (AZEVEDO, 2004: 47).

Para Santos e Queiroz o interesse de se instituir as cotas na UFBA partiu da “[...] decisão do Conselho Universitário da UFBA em adotar um programa de ações afirmativas deve, portanto, ser compreendida através de uma análise marcada por uma conjuntura nacional e internacional que se retroalimenta de demandas de movimentos sociais, cada vez mais fracionados e, paradoxalmente, articulados entre si.” (SANTOS; QUEIROZ, 2005- 2006: 62).

[...] A primeira proposta de cotas na UFBA foi encaminhada ao reitor Heonir Rocha por um grupo de estudantes, negros na sua maioria, vinculados ao Diretório Central dos Estudantes (DCE), no ano de 2002. A resposta da Reitoria foi solicitar ao então diretor do Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao), Ubiratan Castro de Araújo, a coordenação de atividades visando à análise da proposta. A escolha do Ceao deve-se ao fato de que, desde 1959, esse órgão suplementar tornou-se referência sobre a problemática afro-brasileira ou africana. É importante lembrar que, naquele período, duas universidades já haviam adotado o sistema de cotas, a Uerj e a Uneb. (SANTOS; QUEIROZ, 2005- 2006: 62)

2.4 Os Movimentos Sociais negros e a Política de Cotas

A Geledés, organização de mulheres negras está inserida na luta contra o racismo, vem juntamente com esse enfrentamento levantar a bandeira para adoção de políticas públicas, voltadas para a população marginalizada, vejamos:

Na perspectiva de atualizar essa tradição à luz das necessidades contemporâneas das mulheres negras, o Geledés vem, nestes 21 anos, consolidando as discussões sobre a problemática da mulher negra como aspecto fundamental da temática de gênero na sociedade brasileira e impulsionando o debate sobre a necessidade de adoção de políticas públicas inclusivas para a realização do princípio de igualdade de oportunidades para todos. Em sua história, a

Organização registra intervenções políticas nos âmbitos nacional, regional e internacional com o objetivo de denunciar o racismo existente na sociedade brasileira e sensibilizar governos e sociedade civil para a discussão do processo de exclusão das populações pobres e discriminadas no mundo. (<http://www.geledes.org.br/o-que-e-o-geledes-instituto-da-mulher-negra/#axzz3Fx60o95h> acesso em: 01/10/2014 as 14h03min)²

Ainda sobre a formação do Geledés, os pesquisadores nos revelam que, enquanto organização não governamental, o Geledés tem atuado em parceria com diversas organizações do movimento social, da sociedade civil organizada e interferindo na definição de políticas públicas que objetivem a eliminação das discriminações sofridas por mulheres e negros na sociedade brasileira. E que a sua direção,

[...] é formada exclusivamente por mulheres negras, porém a organização conta, em diversas equipes de trabalho, com a colaboração de homens e mulheres, negros/as e brancos/as, solidários/as com sua proposta de ação política. Tem por áreas de atuação: Direitos Humanos (englobando os direitos econômicos, sociais e culturais); educação; comunicação; capacitação/profissionalização e saúde (<http://www.geledes.org.br/cotas-raciais-e-hipocrisia-branca/#axzz3Fx60o95hn>).

O Geledés publicou em 12 de agosto de 2014 um texto produzido por Lucas Xavier favorável à política das cotas no Brasil, intitulado: “Cotas raciais e a hipocrisia branca”, no qual traz uma discussão acerca do comportamento da sociedade brasileira com relação às cotas, quando enuncia,

As cotas raciais entraram em vigor no Brasil em 2002 através da aprovação da “Lei de Cotas” e, desde então, formou-se um debate em toda a sociedade brasileira que já era travado há muito tempo pelo movimento negro. De um lado, a elite brasileira alega que a criação de vagas especiais para pessoas negras e pardas configura um racismo do Estado brasileiro, por acreditar que, ao ceder essas vagas, o Estado estaria alegando que negros são inferiores, menos capazes, menos inteligentes, etc. (<http://www.geledes.org.br/cotas-raciais-e-hipocrisia-branca/#axzz3Fx60o95hn>).

² A organização Geledés é um “Instituto de Mulheres Negras criado em 30 de abril de 1988. É uma organização política de mulheres negras que tem como missão institucional a luta contra o racismo, o sexíssimo, a valorização e promoção das mulheres negras, em particular, e da comunidade negra em geral.” <http://www.geledes.org.br/o-que-e-o-geledes-instituto-da-mulhernegra/#axzz3Fx60o95h> acessado em 01/10/2014 as 14h00min.

O pesquisador Xavier da Geledés, ainda nos revela que “[...] Do outro lado, as mais representativas unidades do Movimento Negro nacional defendem não só a aplicação da Lei de Cotas, mas sua expansão progressiva nas universidades do país”.

Xavier nos revela que logo após a abolição os negros (as) foram “Abandonado à própria sorte, o negro brasileiro começou a povoar os subúrbios e, sem possibilidade de inserção graças a falência administrativa dos serviços públicos (os únicos aos quais o negros tinham acesso), viveu (e vive) mesmo após a abolição separado do branco, em favelas, nas ruas, roubando e prostituindo-se para sobreviver em uma sociedade que categoricamente o excluía das relações de produção e consumo. Graças a isso, os estereótipos negativos (“o negro é ladrão, o negro é vulgar) que eram jogados aos negros entravam em contato com a realidade diária, permitindo a afirmação do racismo no país como componente fundamental da estrutura social brasileira.”

Para o pesquisador

[...] Essa realidade permanece nos dias de hoje, fazendo-se observar nos índices de perseguição policial: no Rio de Janeiro, estado com 11% de negros, negros formam 32,4% dos mortos pela polícia, enquanto que a maioria branca (54,5%) corresponde a 19% das vítimas policiais. Ou seja, negros são minoria no RJ, mas são os principais perseguidos pelos braços armados do Estado. O relatório da PNUD aponta que ‘A proporção de pretos, entre as vítimas da violência policial, é três vezes a proporção desse grupo na população como um todo’.

Xavier ainda nos revela que “A situação se ilustra de forma ainda mais assustadora quando se avalia o perfil da elite brasileira. Aproximadamente 96% dos cargos executivos pertencem a pessoas brancas, sobrando a negros e pardos a insignificante porcentagem de 3,4%. No topo de empresas, então, essa realidade é ainda mais assustadora: apenas 1,8% é negra. Os brancos ainda possuem privilégios na hora de receber o salário: o IBGE apurou que brancos recebem até 70% a mais que negros pelo mesmo trabalho. Apesar do número ser baixo, a porcentagem de negros no ensino superior triplicou nos últimos 10 anos, graças às cotas raciais.”

A situação não é diferente nas universidades. Em 2010, o curso de Medicina da UFBA formou apenas 2,7% de negros; assim como apenas 6,1% dos estudantes que prestaram o ENADE nesse mesmo ano eram pretos ou pardos, enquanto o número de brancos presentes nas universidades é maior que o dobro (31,1%) do número de negros (12,8%).
(<http://www.geledes.org.br/cotas-raciais-e-hipocrisia-branca/#axzz3Fx60o95h>)

Para Xavier é a partir dessa perspectiva de exclusão da população negra que se esclarece o objetivo da reserva de vagas no ensino superior para estudantes negros (as), “[...] uma vez que o Estado brasileiro nunca se importou em inserir socialmente aqueles que até pouco tempo eram escravos. Não se trata, portanto, de uma suposto “coitadismo” do Estado brasileiro para com os negros, tampouco de qualquer tentativa de estabelecer um “racismo reverso” tomando a vaga de brancos; se trata de ocupação

de espaços que sempre foram negados para os negros brasileiros e que, através da inserção, formalizam o combate ao racismo estrutural que se formou no Brasil e que vitimiza mais da metade de sua população.” (<http://www.geledes.org.br/cotas-raciais-e-hipocrisia-branca/#axzz3Fx60o95h>).

Outro texto publicado pela Geledés, em 6 de dezembro de 2011 “As cotas para negros: por que mudei de opinião por William Douglas, juiz federal (RJ)”. Encontramos argumentos de um juiz que foi contra a política das cotas durante muito tempo e que mudou de opinião, vejamos, o juiz começa nos dizendo que: “Quem procurar meus artigos, verá que no início era contra as cotas para negros, defendendo – com boas razões, eu creio – que seria mais razoável e menos complicado reservá-las apenas para os oriundos de escolas públicas. Escrevo hoje para dizer que não penso mais assim. As cotas para negros também devem existir. E digo mais: a urgência de sua consolidação e aperfeiçoamento é extraordinária.” (<http://www.geledes.org.br/cotas-para-negros-por-que-mudei-de-opinioao/#axzz3Fx60o95h>)

O Juiz William Douglas, continua nos dizendo que,

Se você é contra as cotas para negros, eu o respeito. Aliás, também fui contra por muito tempo. Mas peço uma reflexão nessa semana: na escola, no bairro, no restaurante, nos lugares que frequenta, repare quantos negros existem ao seu lado, em condições de igualdade (não vale porteiro, motorista, servente ou coisa parecida). Se há poucos negros ao seu redor, me perdoe, mas você precisa “passar um dia na cadeia” antes de firmar uma posição coerente não com as teorias (elas servem pra tudo), mas com a realidade desse país. Com nossa realidade urgente. Nada me convenceu, amigos, senão a realidade, senão os meninos e meninas querendo estudar ao invés de qualquer outra coisa, querendo vencer, querendo uma chance. (<http://www.geledes.org.br/cotas-para-negros-por-que-mudei-de-opinioao/#axzz3Fx60o95h>)

Em outro momento o juiz nos diz indignado que “Ah, sim, ‘os negros vão atrapalhar a universidade, baixar seu nível’, conheço esse argumento e ele sempre me preocupou, confesso. Mas os cotistas já mostraram que sua média de notas é maior, e menor a média de faltas do que as de quem nunca precisou das cotas. Curiosamente, negros ricos e não cotistas faltam mais às aulas do que negros pobres que precisaram das cotas. A explicação é simples: apesar de tudo a menos por tanto tempo, e talvez por isso, eles se agarram com tanta fé e garra ao pouco que lhe dão, que suas notas são melhores do que a média de quem não teve tanta dificuldade para pavimentar seu chão. Somos todos humanos, e todos frágeis e toscos: apenas precisamos dar chance para todos.”

William Douglas juiz federal do Rio de Janeiro, continua nos dizendo no site da Geledés (<http://www.geledes.org.br/cotas-para-negros-por-que-mudei-de-opinioao/#axzz3Fx60o95h>) que “Precisamos confirmar as cotas para negros e para os oriundos da escola pública. Temos que podemos considerar não apenas os deficientes físicos (o que todo mundo aceita), mas também os econômicos, e dar a eles uma oportunidade de igualdade, uma contrapartida para caminharem com seus co-irmãos de

raça (humana) e seus concidadãos, de um país que se quer solidário, igualitário, plural e democrático. Não podemos ter tanta paciência para resolver a discriminação racial que existe na prática: vamos dar saltos ao invés de rastejar em direção a políticas afirmativas de uma nova realidade.”

Em outro texto publicado pelo Geledés em 7 de agosto de 2014 Letícia Peçanha, com o título “Folha, eu discordo de você e não te sigo! Cotas sim!”, em resposta a um texto da Folha de São Paulo que de acordo com Dennis de Oliveira em 8 de agosto de 2014 “[...] lançou uma campanha publicitária semana passada e, entre as várias peças, há uma que destaca o posicionamento do jornal contra as cotas raciais. Posicionamento compartilhado por uma modelo negra. Esta peça publicitária do jornal despertou a revolta de várias lideranças do movimento negro, principalmente nas redes sociais.” (<http://www.geledes.org.br/folha-cotas-e-jogada-de-marketing-por-dennis-de-oliveira/#axzz3Fx60o95hes>) A colaboradora Peçanha escreve que “É de uma desonestidade intelectual tremenda querer discutir cientificamente sobre as cotas e a existência das raças, como se uma porcentagem de genes definisse quem é negro. Uma pessoa que tem mais da metade de genes de origem caucasiana-européia, mas, ainda sim, manifesta fenótipos negros, terá sobre si o peso do racismo. Ninguém precisa fazer um exame de DNA em mim pra saber que eu sou negra. Esse papo de herança genética, de não existência de raças, é, pra mim, enfurecedor. Tamanha falácia.” (<http://www.geledes.org.br/folha-eu-discordo-de-voce-e-nao-te-sigo-cotas-sim/#axzz3Fx60o95h>)

Em outro momento Peçanha nos diz,

Acho engraçado também quando eu escuto a imensa preocupação com possíveis fraudes na autodeclaração. Para negar direitos ao povo negro, a autodeclaração é tornada um óbice... Mas ser declarado negro por essa sociedade, ser marginalizado, preso, exterminado, não é problema nenhum. As cotas nas penitenciárias andam a pleno vapor e ninguém se importa com a fraude que é esse sistema perverso e racista. Quanta hipocrisia. (<http://www.geledes.org.br/folha-eu-discordo-de-voce-e-nao-te-sigo-cotas-sim/#axzz3Fx60o95h>)

A pesquisadora Peçanha nos revela não só da necessidade das cotas em universidades como também nos serviços públicos, vejamos, “EU estou falando de reconhecimento. EU estou falando de andar nos corredores da faculdade de Direito da UERJ e olhar os quadros com as fotos dos formandos antes das cotas e ver, no máximo, um negro pingado nas fotos. EU estou falando de nunca ter tido uma professora negra. Estou falando de andar no fórum onde trabalho e só encontrar meus iguais com o uniforme de terceirizado, trabalhando na limpeza, no elevador ou de segurança..” (<http://www.geledes.org.br/folha-eu-discordo-de-voce-e-nao-te-sigo-cotas-sim/#axzz3Fx60o95h>)

De acordo ainda com o artigo do site Geledés publicado no site: (<http://www.geledes.org.br/em-10-anos-mais-brasileiros-se-declaram-pretos-81/#axzz3DrTDf2BZ>) em 20 de setembro de 2014 com o título “Em 10 anos mais

brasileiros se declaram pretos: 8,1%” segundo informações do Geledés desde o ano de 2004 mais pessoas se declaram negras, “Nos últimos dez anos o número de brasileiros que se declaram pretos cresceu de 5,9% para 8,1%. Somando às pessoas que se declaram pardas, tem-se hoje 53,1% de negros no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE. “A classificação parda ou preta pode estar associada à questão de autoafirmação e até mesmo das cotas. [...] a pessoa passa a se enxergar ou passa a ter consciência da raça dela e passa a se declarar de forma diferente”, disse gerente da Pnad, Maria Lucia Vieira”. (<http://www.geledes.org.br/em-10-anos-mais-brasileiros-se-declaram-pretos-81/#axzz3DrTDf2BZ>)

O Geledés ainda nos informa que, possivelmente graças as políticas das cotas, mais pessoas estão se auto declarando “preta”.

A gerente da Pnad, Maria Lucia Vieira, não sabe dizer se o motivo do crescimento da população preta no Brasil é um aumento do nascimento de crianças dessa cor ou se as pessoas estão se identificando mais como pretas, já que a pesquisa do IBGE é baseada em declarações. “A classificação parda ou preta pode estar associada à questão de autoafirmação e até mesmo das cotas. Os dados da pesquisa não têm nada a ver com as cotas, mas a pessoa passa a se enxergar ou passa a ter consciência da raça dela e passa a se declarar de forma diferente”, disse a pesquisadora. O IBGE usa metodologia própria que define a cor das pessoas como pretos, pardos e brancos. (<http://www.geledes.org.br/em-10-anos-mais-brasileiros-se-declaram-pretos-81/#axzz3DrTDf2BZ>).

CAPÍTULO III

COTAS SOCIAIS E RACIAIS: A TRAJETÓRIA ESCOLAR DA POPULAÇÃO NEGRA NA PARAÍBA

De acordo com TELLA, “O racismo é um fenômeno das relações sociais do Brasil. No estado da Paraíba, onde mais de 60% da população é negra, não encontramos essa mesma proporcionalidade nas salas de aula das universidades (entre alunos e entre professores), entre os médicos, os engenheiros, os advogados, os juízes etc.” (TELLA, 2012: 09).

Ao longo do nosso Trabalho de Conclusão de Curso, nos dispomos a realizar uma pesquisa em forma de questionário, para 60 alunos, (as) dos três turnos (manhã, tarde e noite) nos cursos de Direito, Geografia, História, Letras Inglês, Letras Português e Pedagogia. Sendo 58 estudantes do primeiro período, um do segundo período e outro do terceiro, alunos (as) cotistas e não cotistas do Campus III (UEPB), em relação ao processo das cotas sociais e raciais no ensino superior paraibano.

Na pesquisa realizada os alunos (as) da UEPB (Campus III) da cidade de Guarabira- PB. Os dados coletados mostraram-nos que conforme afirma TELLA, mais da metade da população da Paraíba se autodeclaram negras e, no entanto não encontramos essa mesma proporção nas universidades paraibanas, pois entre os estudantes entrevistados (as) menos de 10% afirmaram ser negros (as).

Na pesquisa realizada com 60 alunos (as) dos cursos de: Direito, Geografia, História, Letras Inglês, Letras Português e Pedagogia, apenas 8% são negros (as) o que acabou nos inquietando e nos levando ao seguinte questionamento: As cotas sociais na Universidade Estadual da Paraíba efetivamente contemplam os estudantes negros (as)? Se os (as) negros (as) representam 60% da população paraibana, Onde estão os (as) negros (as) paraibanos (as)? Se na universidade pública eles não estão presentes? Sabemos que ações vêm se realizando no sentido de garantir o acesso de negros (as) nas universidades, mas os números revelam que a Universidade Estadual da Paraíba ainda está longe de promover à equidade racial.

Tella ainda nos informa que, a população negra paraibana também sofre no quesito saúde, trabalho e violência,

[...] Também não encontramos essa proporcionalidade no acesso à saúde, entre os habitantes dos bairros mais periféricos e degradados

das cidades, entre os que ocupam os postos de trabalho com melhor remuneração e mais valorizados e, por fim, quando analisamos os índices de violência, em que o jovem, negro, pobre e paraibano tem quase 20 vezes mais chances de morrer do que um jovem branco de classe média paraibana (TELLA, 2012: 09).

Assim, como discutimos ao logo deste trabalho, as cotas, propulsiona ao negro (a), sobretudo o pobre, ascensão educacional, mas a melhoria perpassa por outras esferas tais como: saúde, segurança pública e profissionalização, chegando assim a colaborar na construção da identidade negra, como algo positivo e de valorização.

Segundo Tella, a escola faz parte do processo de enfrentamento ao racismo, através da adequação de seu currículo a realidade da comunidade onde está inserida.

[...] a escola desempenha um papel central no combate ao racismo, por meio de conteúdo curricular que supere o eurocentrismo e que seja comprometido com a equidade educacional, com a promoção e o reconhecimento da diversidade cultural, com os ideais de direitos humanos e por uma educação antirracista (TELLA, 2012: 09).

Acreditamos, que não só a escola deve fazer parte do enfrentamento antirracista, a universidade também deve se inserir nesse processo, pois representa de forma significativa o espaço de saberes e trocas de conhecimentos sejam elas de promoção educacional, cultural, discussões, problemáticas ou até de mudanças do próprio currículo, já que muitas vezes o conteúdo visto na universidade possui uma linha eurocêntrica, que nos faz esquecer nossas raízes que também são negras.

Tella nos diz que ainda existe no ensino fundamental e médio carência em relação ao enfrentamento do racismo. O que pensar do ensino universitário? Que também lida com currículos pré-moldados e muitas vezes eurocêntricos. Esse autor nos alerta para a formação de professores (as) que não contempla a história e a cultura das populações negras. Nesse sentido afirma que a universidade também deve adotar postura antirracista, no entanto, muitas vezes ela se esquivava e acaba por não construir discussões proveitosas e construtivas acerca dessa questão.

[...] a formação de professores/as que ainda carecem de capacitação sobre temáticas referentes à população negra brasileira, e da história e cultura africana e afro-brasileira; e a imensa lista de estereótipos e estigmas presentes nos livros, reproduzidos por professores e que passam a fazer parte das relações cotidianas dos alunos, por meio de piadas, apelidos,

preconceitos e discriminação, o que contribui para a repetência e a evasão de estudantes negros (TELLA, 2012: 09).³

Embora a questão do racismo perpassasse por este trabalho, não é a discussão central. A questão que o norteia são as cotas sociais e através delas o acesso de estudantes a universidade através dessa medida e nele a presença dos (as) negros (as). Por isso, no questionário que aplicamos as questões formuladas obedeceram a dois critérios ou objetivos, saber a opinião dos estudantes universitários com relação às cotas sociais e raciais no ensino superior, e de como estes universitários e suas famílias encararam o acesso deles a universidade e se o acesso ocorreu através das ações afirmativas.

No questionário aplicado aos estudantes da UEPB, Campus Guarabira, formulamos as seguintes perguntas:

1- Qual o seu pertencimento étnico racial?

branco negro indígena

2- Em qual curso você encontra-se matriculado no campus III da UEPB?

História Geografia Direito Pedagogia Letras Inglês Letras Português

3- Qual período: ()

4- Turno:

manhã tarde noite

5- Estado civil?

solteiro (a) casado (a) viúvo (a) namorando ()

6- Quantos anos de idade? ()

7- Em quais instituições você estudou durante o ensino fundamental e o médio?

pública privada outra

8- Seu acesso à universidade se deu através do processo das cotas?

sim não

³A proposta de elaboração dos Cadernos Afros Paraibanos está em consonância com as ações afirmativas, com a Lei 10.639/2003, que estabelece o ensino da História da África e da Cultura Afro Brasileira nos sistemas de ensino e com os objetivos do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana. (TELLA, 2012: 10).

9- Qual opinião você tem a respeito das cotas sociais e raciais para o acesso ao ensino superior?

10- Seu pai frequentou até que ensino escolar:

() não frequentou () fundamental I () fundamental II () médio () superior

11- E sua mãe:

() não frequentou () fundamental I () fundamental II () médio () superior

12- Em sua família quantas pessoas têm ou tiveram acesso à universidade? E de forma esse acesso ocorreu?

13- Como sua família encarou esse acesso à universidade?

Quadro I Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa

Curso	Cor/Raça	Total	Estado Civil	Total	Média Idade	Ensino Médio	Total	UEPB/Cotas	Total
Direito	Negro/a	01	Solteiro/a	08	24, 3	Pública	06	Sim	07
	Branco/a	04				Privada	02		
	Índio/a	00	Casado/a	02		Pub/Privada	02	Não	03
	Não	05							

Curso	Cor/Raça	Total	Estado Civil	Total	Média Idade	Ensino Médio	Total	UEPB/Cotas	Total
Geografia	Negro/a	00	Solteiro/a	09	21	Pública	09	Sim	07
	Branco/a	05				Privada	01		
	Índio/a	01	Casado/a	01		Pub/Privada		Não	03
	Não	04							

Curso	Cor/Raça	Total	Estado Civil	Total	Média Idade	Ensino Médio	Total	UEPB/Cotas	Total
História	Negro/a	01	Solteiro/a /	10	21, 9	Pública	08	Sim	05
	Branco/a	04				Privada	02		
	Índio/a	00	Casado/a	00		Pub/Privada	00	Não	05
	Não	05							

Curso	Cor/Raça	Total	Estado Civil	Total	Média Idade	Ensino Médio	Total	UEPB/Cotas	Total
Letras Inglês	Negro/a	04	Solteiro/a	08	19,7	Pública	07	Sim	02
	Branco/a	04				Privada	00		
	Índio/a	00	Casado/a	02		Pub/Privada	03	Não	08
	Não	02							

Curso	Cor/Raça	Total	Estado Civil	Total	Média Idade	Ensino Médio	Total	UEPB/Cotas	Total
Letras Português	Negro/a	02	Solteiro/a	06	21,4	Pública	08	Sim	03
	Branco/a	04				Privada	01		
	Índio/a	00	Casado/a	04		Pub/Privada	01	Não	07
	Não	04							

Curso	Cor/Raça	Total	Estado Civil	Total	Média Idade	Ensino Médio	Total	UEPB/Cotas	Total
Pedagogia	Negro/a	00	Solteiro/a /	08	19,9	Pública	10	Sim	03
	Branco/a	03				Privada	00		
	Índio/a	01	Casado/a	02		Pub/Privada	00	Não	07
	Não	06							

1- Estudantes Entrevistados do Curso de Bacharelado em Direito

1.1- Qual a sua opinião a respeito das cotas sociais e raciais para o acesso ao ensino superior?

Dos 10 estudantes do Curso de Direito que responderam ao questionário a maioria é contra as cotas raciais, quando se manifestaram a favor essa resposta diz respeito às cotas sociais.

A justificativa deles para a defesa das cotas sociais é a de que as escolas públicas não preparam para o ingresso ao Ensino Superior e que por isso, os alunos (as) das escolas públicas têm desvantagem em relação aos estudantes das escolas particulares, por isso, as cotas sociais são importantes.

A resposta de um estudante de Direito nos chamou atenção, sobretudo, a forma como as cotas raciais e sociais são vistas muitas vezes pela sociedade, como uma

“bengala”. Na opinião desse estudante as cotas não devem ser vista dessa forma já que trazem benefícios para os grupos marginalizados da sociedade.

Dos 10 alunos (as) que nos responderam o questionário 07 nos disseram que seu acesso a UEPB, se deu pelo sistema das cotas (sociais), 01 declarou ser contra as cotas, 03 declararam ser favoráveis às cotas raciais e sociais e 06 afirmaram serem a favor das cotas sociais.

Vejamos no quadro abaixo as respostas dos estudantes entrevistados do Curso de Direito em relação às cotas sociais e raciais.

Quadro I

Curso: Direito	Qual opinião você tem a respeito das cotas sociais e raciais para o acesso ao ensino superior?
	<ul style="list-style-type: none"> • “É um avanço no acesso as Universidade, mas ainda há muito para ser mudado.” • “Sou a favor somente as cotas destinadas a alunos de escola pública, mas as raciais e de baixa renda, sou contra.” • “Tem importância porque facilita, ou, melhor, democratiza o acesso à universidade pelos mais pobres.” • “Sou a favor das Cotas Sociais e contra as Cotas Raciais.” • “Eu acho importante, pois o aluno de escola pública não tem o mesmo conhecimento que a da escola particular.” • “As cotas sociais são meios de dar mais oportunidades de ingresso no ensino superior às pessoas que foram prejudicadas por fatores de ordem histórica.” • “As cotas dão um benefício quando o seu uso não cria uma visão deturpada das minorias, sejam sociais ou raciais. Por exemplo: não pode (ocorre esse erro) criar uma sensação ou estigma de que as minorias ou o sistema público são de modos tão incapazes que necessitam da bengala da cota para chegar lá. No entanto, não pode ser desprezada como não eficiente, pois é fundamental em muitas coisas”. • “Na minha concepção o governo tomou uma atitude válida, pois de outra forma não teria como reparar em um pequeno espaço de tempo a dívida com as categorias menos favorecidas economicamente.”

- “Sou contra”
- “São essenciais na medida em que as escolas ou ensino público de primeiro grau continuem em condições precárias.”

1.2- Como sua família encarou seu acesso à universidade?

Nesse quesito em relação à família dos universitários (as), percebemos que a educação o (Ensino Superior) representa grande importância para os pais/familiares de todos os estudantes que nos responderam este questionário.

Podemos elencar aqui, algumas palavras e frases que nos foram expressivas no questionário e que representa muito para esses universitários (as) entrevistados (as), do Curso de Direito.

Foram elas: apoio da família, alegria, conquista mérito, Programa de Cotas, fato extraordinário, histórico negativo, felicidade, algo positivo, vitória, gratidão, orgulho, futuro garantido, emoção, privilégio.

Ao analisarmos a formação educacional dos pais desses estudantes do Curso de Direito, notamos que três dos dez pais possuem formação superior e se tratando da formação da mãe apenas uma. Muitos desses jovens são os primeiros da família a entrarem em uma universidade, por isso a fala de um deles quando se refere ao ingresso na universidade tratar como “privilégio”.

Pois, sabemos que durante muito tempo foi o que o Ensino Superior representou, uma forma de “privilégio” para os filhos das famílias ricas e brancas.

Quadro II

Curso: Direito	Como sua família encarou esse acesso à universidade?
	<ul style="list-style-type: none"> • “Minha família sempre me apoiou durante toda a minha trajetória escolar, e o meu acesso à universidade foi encarado por ela como um grande passo na minha vida, sendo motivo de muita alegria.” • “Como uma conquista através do mérito e do esforço pessoal, tendo em um caso contado com o benefício do apoio legal do Programa de cotas.” • “Minha família encarou como um fato extraordinário devido ao histórico negativo de ingresso de outros entes familiares.”

- “Com felicidade”
- “Encarou de maneira positiva.”
- “Encarou como uma vitória, como algo inesperado, como uma surpresa devido a não ter uma pessoa tão próxima adquirindo essa responsabilidade.”
- “Encarou com grande gratidão.”
- “Não sei explicar, minha mãe, por exemplo, gostou e sentiu orgulhosa.”
- “Foi comemorada de forma animadora, pois Ensino superior para a família é motivo de futuro garantido.”
- “Com alegria, emoção, pois nem todas as famílias tem esse privilégio.”

2- Estudantes Entrevistados do Curso de Geografia

2.1- Qual a sua opinião a respeito das cotas sociais e raciais para o acesso ao ensino superior?

Com relação aos estudantes entrevistados do Curso de Geografia, ao analisarmos as respostas percebemos que em sua maioria os entrevistados (as) sete ao todo são favoráveis as cotas (raciais e sociais) e que dos dez entrevistados estes sete tiveram acesso ao ensino superior pelo sistema das cotas sociais.

Dos oitos estudantes que nos responderam o questionário e foram favoráveis as cotas, apenas uma pessoa foi contra as cotas raciais, afirmando que as pessoas com as cotas tendem a acreditar que são “inferiores as outras”.

Dois foram contra as cotas (sociais e raciais), nos afirmando que deveria existir melhoria na educação, em contrapartida um estudante favorável as cotas no ensino superior, nos disse que as cotas são importantes, pois possibilitam que muitos estudantes ingressem em uma faculdade pública.

Em seguida, vejamos as respostas dos estudantes entrevistados do curso de Geografia em relação às cotas sociais e raciais:

Quadro III

Curso: Geografia	Qual opinião você tem a respeito das cotas sociais e raciais para o acesso ao ensino superior?
<ul style="list-style-type: none"> • “Muito bom para dar as pessoas que não tem muitas oportunidades, mais outras acabam se aproveitando dessas cotas que tiveram bons estudos.” • “O problema não esta nas cotas e sim na base da educação. Se tivéssemos boa educação antes do ensino universitário não precisaríamos de cotas.” • “Não deveria ter esse sistema, pois assim teria que haver um melhoramento nas escolas públicas.” • “É um ajuda que, todos merecem não por conta os preconceitos, e sim nos permitir ter escolhas.” • “Acho que seja importante as cotas sociais as raciais nem tanto, pois pode demonstra que a cor da pessoa possa influencia inteligência o que não é verdade.” • “Para alguns é uma possibilidade de ter um curso superior, para pessoas que não tem oportunidade nem condições financeiras de estudar em escolas particulares.” • “Acho algo positivo no nosso sistema de ensino” • “É uma oportunidade de ingressar em curso superior.” • “Acho legal, muito bom” • “E de grande importância, pois possibilita muitos estudantes a ingressar na faculdade.” 	

2.2- Como sua família encarou esse acesso à universidade?

Nesse quesito em relação a família dos universitários (as) do Curso de Geografia, percebemos que o Ensino Superior, representa também algo muito bom e surge como forma de ascensão social dos filhos (as), já que muitos dos pais desses alunos (as) não cursaram o ensino superior.

Algumas palavras e frases nos foram expressivas por parte dos alunos (as) as quais representa muito para os universitários (as) entrevistados (as) do Curso de Geografia.

Foram elas: orgulho para a família, complicado (financeiramente), apoio, muito bom (os pais não tiveram oportunidade de estudar), normal, positivo, bem, super emocionados, infelizmente (os pais não cursaram).

Ao analisarmos a formação educacional dos pais dos estudantes do Curso de Geografia, notamos que nenhum deles possui formação superior e que apenas um pai e uma mãe de um dos entrevistados, cursou o Ensino Médio, o restante chegou a cursar o ensino fundamental e em outros casos não tiveram nenhuma formação (alfabetização).

Muitos desses jovens são os primeiros das famílias a entrarem em uma universidade pública, por isso a fala de um deles quando perguntamos como a família encarou o seu acesso ao ensino superior ele nos respondeu com “orgulho” e que toda a família ficou feliz.

Orgulho sim, por parte de tantos pais e mãe que não conseguiram se quer ter uma alfabetização. Esses estudantes representam para a família, a vitória de tantos outros que não tiveram a tal falada “oportunidade”, para ingressar no tão sonhado Ensino Superior e tudo isso aparece nas falas dos entrevistados.

Quadro IV

Curso: Geografia	Como sua família encarou esse acesso à universidade?
	<ul style="list-style-type: none"> • “De forma tranquila”. • “Foi um orgulho para toda a minha família” • “Complicado, a nossa financia é um pouco demais, meu pai é pedreiro e minha e dona de casa.” • “A minha família gostou com certeza e mim apoiaram muito para que eu entrasse na universidade.” • “Muito Bom, pois meus pais não tiveram oportunidade de estudar e chegar até aqui e eu com o incentivo deles consegui.”

- “De forma normal, pois já estava preparada para essa oportunidade”.
- “De forma positiva”
- “Bem”
- “Ficaram super emocionados ao saber da notícia e me apoiaram muito.”
- “Infelizmente não tiveram oportunidade de ingressar”.

3- Estudantes Entrevistados do Curso de História

3.1- Qual opinião você tem a respeito das cotas sociais e raciais para o acesso ao ensino superior?

Em relação aos alunos (as) do curso de História, que nos responderam o questionário, um aluno (a) nos diz que as cotas não deveriam existir, pois todas as pessoas possuem capacidade de adentrar em universidade, o mesmo continua afirmando que cor não define inteligência (fazendo relação com as cotas raciais).

Outro estudante nos chamou atenção para as cotas raciais, afirmando que o negro (a) sofre discriminação e que por isso as cotas são importantes. Em contrapartida outro entrevistado (a) nos revela que as cotas sejam elas raciais ou sociais são importantes para que o ensino se torne igual para todos. Dos entrevistados seis estudantes são favoráveis às cotas e quatro mostram se contra, cinco estudantes nos revelaram que seu acesso a UEPB se deu pelas cotas sociais.

Podemos perceber que algumas falas preconceituosas que reverberam na sociedade sobre os cotistas, estão presentes também no universo do Campus III, quando um estudante nos diz que: “(...) as cotas estão contribuindo para que, cada vez mais, alunos (as) sem preparo adequado, adestrem ao ensino superior.” Essa ideia preconceituosa de que os cotistas são despreparados intelectualmente e que assim serão péssimos alunos (as), não possui comprovação alguma, é mero desconhecimento sobre a política das cotas.

Em seguida, vejamos as respostas dos estudantes entrevistados do curso de História em relação às cotas sociais e raciais.

Vejamos as respostas dos estudantes:

Quadro V

Curso: História	Qual opinião você tem a respeito das cotas sociais e raciais para o acesso ao ensino superior?
<ul style="list-style-type: none"> • “Acho que todos tem que ser tratado igualmente” • “É de fundamental importância, pois o negro sofre muita discriminação” • “É importante para que haja um equilíbrio da entrada de estudantes ao ensino superior, porém, é uma medida que deve ser provisória, tendo em vista que a prioridade deve ser o investimento no ensino básico, pois as cotas estão contribuindo para que, cada vez mais, alunos sem preparo adequado, adestrem ao ensino superior.” • “Importante para que o ensino se torne mais igualitário para todos.” • “Muito bom” • “Muito boas oportunidades a quem não teve muito estudo” • “Bem empregadas, para que os mais dedicados muitas vezes não tem chance de ingressar no ensino superior e essas cotas vem dar chance a todos.” • “Não deveria existi, pois todos são capazes de entrar em uma faculdade, e cor não define inteligência de ninguém.” • “Sou contra, pois o ser humano tem que se esforçarem para alcançar os seus objetivos, e não ter um “privilégio” para ingressar na universidade.” • “Algo bom, porém não existe comprovação científica de que a humanidade seja dividida em raças.” 	

3.2- Como sua família encarou esse acesso à universidade?

No quesito a família dos universitários (as) do Curso de História, percebemos que o ensino superior representa algo bom, porém não foi recebido com tanto louvor pelos familiares. Assim, como expressaram em suas respostas os estudantes do Curso de Direito e Geografia (anteriormente citados).

Palavras e frases nos foram expressivas por parte dos alunos (as) no questionário e que representa muito para esses universitários (as) entrevistados (as) do Curso de História.

Podemos citar: ficaram felizes (mas sem grandes alarmes), normal (muitos já ingressaram), felizes e orgulhosos, conhecimento, entusiasmados, bem, normal, positivo, boa formação. A expressão “normal” surge três vezes no questionário.

Ao analisarmos a formação educacional dos pais dos estudantes do Curso de História, notamos que apenas um pai e uma mãe possuem formação superior, o restante chegou a cursar o ensino fundamental, médio e em outros casos não tiveram nenhuma formação (alfabetização), assim como em outros cursos.

Assim como em outros cursos os estudantes do Curso de História, também representam em alguns casos, os primeiros (as) das famílias a entrarem em uma universidade pública, por isso a fala de um deles quando perguntamos como a família encarou esse acesso ao ensino superior e nos foi respondido com “entusiasmos”.

Quadro VI

Curso: História	Como sua família encarou esse acesso à universidade?
	<ul style="list-style-type: none"> • “Minha mãe já esperava. Meu pai ficou surpreso por não ter muito contato comigo apesar de convivermos no mesmo teto. O restante ficou feliz, mas sem grandes alarmes.” • “Normal, pois na minha família todos já passaram por esse processo, mas não deixa de ser um momento de felicidade o ingresso à universidade.” • “ficaram muito felizes e orgulhosos. Pois sempre fui dedicado e eles sabiam que um dia iria chegar.” • “Boa, pois me propulsionou adquirir mais conhecimento” • “Ficaram entusiasmados” • “NORMAL” • “De forma boa a respeito do acesso.” • “Normal” • “De forma normal” • “Minha família encarou de forma positiva e dando força para que possamos obter uma boa formação.”

4- Estudantes entrevistados do Curso de Letras Inglês

4.1- Qual opinião você tem a respeito das cotas sociais e raciais para o acesso ao ensino superior?

Em relação aos alunos (as) do curso de Letras Inglês, que nos responderam o questionário dos dez alunos (as) entrevistados, cinco são contra as cotas e os outros cinco a favor. Um estudante contra as cotas nos disse, que acha desnecessário, pois em sua visão: “Branco ou Negro. Pobre ou Rico, todos tem a mesma capacidade de ingressar numa universidade.”

Em contrapartida, um dos entrevistados favoráveis nos revelou que a população negra, precisa de oportunidades, já que o histórico brasileiro prejudicou tanto o negro, em outro momento outro entrevistado (a) nos disse que sejam as cotas sociais ou raciais ambas dão espaços às classes reprimidas sejam elas pobres ou negras.

Outra resposta nos chamou atenção quando o pesquisado (a) nos disse: “Acredito que não seria necessário. Acho que todos têm a mesma capacidade para ingressar no ensino superior.”

Discutimos ao longo do nosso trabalho que as cotas sejam elas sociais ou raciais, não possuem a finalidade de avaliar “capacidade” seja ela intelectual ou financeira, afinal não são presentes, elas possuem uma seleção, elas surgem de movimentos reivindicatórios.

Que não suportam mais a ausência de pobres e negros (as) nas universidades, elas surgem como forma de garantir direitos, que nesse caso é o direito ao acesso ao ensino superior.

Vejamos as respostas dos estudantes entrevistados do curso de Letras Inglês em relação às cotas sociais e raciais:

Quadro VII

Curso: Letras Inglês	Qual opinião você tem a respeito das cotas sociais e raciais para o acesso ao ensino superior?
	<ul style="list-style-type: none"> • “Sou a favor das cotas, a igualdade ainda precisa ser alcançada, os negros ainda precisam de uma oportunidade, uma facilidade, pois o histórico brasileiro faz com que isso seja preciso.” • “Sou a favor das cotas sociais e raciais, pois, é uma oportunidade pra todos.” • “É forma de dar acesso às pessoas reprimidas e necessitadas.” • “É uma forma de dar espaço às classes reprimidas, sendo elas sociais ou raciais,

o que gera oportunidades de ingresso no Campo profissional à essas pessoas beneficiadas pelas cotas.”

- “Numa visão histórica acho justo numa visão de igualdade social não.”
- “Acho desnecessário! Brancos ou Negros. Pobres ou Ricos, todos tem a mesma capacidade de ingressar numa universidade tudo depende do esforço do aluno e não da cor, raça e/ou classe social.”
- “A cor não define a sabedoria de ninguém. É sem necessidade as cotas.”
- “Acredito que não seria necessário. Acho que todos tem a mesma capacidade para ingressar no ensino superior.”
- “Eu acredito que na intelectualidade todos tem capacidades iguais o que nos difere é o interesse de cada um então as cotas não seria necessária”
- “desnecessárias- raciais quanto as sociais apenas uma forma do governo admitir que Seu ensino público é precário.”

4.2- Como sua família encarou esse acesso à universidade?

Em relação a família dos universitários (as), percebemos que a educação o (Ensino Superior) representa “futuro” bem sucedido, ascensão social.

Ao longo das respostas nos dada, algumas palavras e frases nos foram expressivas, sabemos que representa muito para esses universitários (as) entrevistados (as), do Curso de Letras Inglês.

Podemos citar: experiência, oportunidade incrível, futuros empregos, orgulho e surpresa, portas para o futuro, difícil (financeiramente), satisfação, orgulho, capacidade, normal, não desista.

Ao analisarmos a formação educacional dos pais dos estudantes do Curso de Letras Inglês, notamos que apenas três pais e duas mães possuem formação superior, dentre dez entrevistados (as) de cada, mesmo sendo poucos os que tiveram acesso a universidade esse número chega a ser expressivo, comparado aos pais e mães dos estudantes dos outros cursos, o restante chegou a cursar o ensino fundamental e médio.

Quadro VIII

Curso:- Letras Inglês	Como sua família encarou esse acesso à universidade?
	<ul style="list-style-type: none"> • “Minha família achou que seria uma experiência interessante, pois é o que eu gosto.” • “Uma oportunidade incrível de acesso a futuros empregos.” • “Eles ficaram orgulhosos e surpresos.” • “De forma que deve ser vangloriada, pois abre portas para um futuro bem sucedido.” • “Bom. Eles achavam que eu deveria ter entrado antes.” • “Foi e é um pouco difícil, financeiramente falando, mas até agora está dando tudo certo.” • “Com muita satisfação” • “De forma bastante orgulhosa pelos seus filhos terem a capacidade de está num ensino superior público.” • “De forma até meio normal, pois isso ocorria constantemente em todas as famílias.” • ‘Que bom filha, agora não desista’

5- Estudantes Entrevistados do Curso de Letras Português

5.1- Qual opinião você tem a respeito das cotas sociais e raciais para o acesso ao ensino superior?

Em relação aos estudantes entrevistados do curso de Letras Português, ao analisarmos as respostas percebemos que em sua maioria os entrevistados (as) oito ao total são favoráveis as cotas (raciais e sociais).

Dos nove estudantes que nos responderam o questionário e foram favoráveis as cotas, uma pessoa foi contra as cotas raciais e favoráveis as sociais, afirmando que quando se fala em cotas raciais “tem um pouco de preconceito.”

Apenas um estudante entrevistado de Letras Português, nos respondeu ser contra as cotas (sociais e raciais) nos dizendo que as cotas não são tão necessárias já que “todos devem ter direitos iguais independente de cor ou classe social.”

Justamente para garantir que esses direitos sejam iguais para todos (as) negros (as), brancos (as), pobres, ricos. Que os movimentos, organizações sociais reivindicam que as cotas sejam cada vez mais frequentes nas universidades públicas, já que infelizmente negros e pobres representam uma grande camada da sociedade prejudicada no acesso ao ensino superior, sendo assim, não possuímos “direitos iguais”.

Em contrapartida, outro entrevistado nos diz que: “as cotas são muito boas e que assim todos tem o direito de entrar na universidade e se formar sem distinção de cor e de classes sociais.” Esse estudante, vê nas cotas o direito garantido de acesso ao ensino superior para todos (as).

Vejamos as respostas dos estudantes entrevistados do curso de Letras Português em relação às cotas sociais e raciais:

Quadro IX

Curso: Letras Português	Qual opinião você tem a respeito das cotas sociais e raciais para o acesso ao ensino superior?
	<ul style="list-style-type: none"> • “Muito boa, pois assim todos tem o direito de entrar na universidade e se formar sem distinção de cor e de classes sociais.” • “Pra algumas Pessoas são boas Por que é uma oportunidade Para fazer um Curso Superior. Mas quando fala racial acho que têm um pouco de preconceito.” • “Que deveria ter mais cotas e para todos tiverem, a oportunidade de ter o acesso do nível superior.” • “Na minha opinião as cotas ajuda a alunos que não tem uma renda alta a ingressar no ensino superior e isso é louvável pois ajudar a quem não tem muita condição tem os mesmos direitos dos alunos da classe alta.” • “apoio, pois não beneficia apenas os negros, mas também nas instituições públicas da região norte, dando oportunidade aos povos indígenas. as cotas amenizam a desigualdade social econômica e educacional entre raça.” • “Acho justo desde que beneficiem ambos.” • “Na minha opinião, não é tão preciso, todos devem ter direitos iguais independente de cor ou classe social.”

- “Ótima! Pois estão dando mais oportunidades de entrar facilmente na universidade.”
- “Acho ótimo, desde que não haja desvantagem para nenhum concorrente.”
- “Vejo com ponto positivo, onde beneficiará os mesmos.”

5.2- Como sua família encarou esse acesso à universidade?

Em relação a família dos universitários (as), os estudantes nos revelaram que o acesso ao Ensino Superior, representa algo como uma “vitória”, já que o acesso dos mesmos a alguns anos atrás era difícil, um entrevistado nos diz que: devido aos transportes, falta de tecnologias e acesso a internet.

Assim como já foi citado em outros momentos em relação aos cursos de Direito, Geografia, História e Letras Inglês, algumas palavras e frases dos universitários (as) entrevistados do Curso de Letras Português, em relação ao acesso ao ensino superior nos foram bastante expressivas no decorrer da análise dos questionários, logo abaixo algumas delas merecem nossa citação.

Vejamos: no começo foi muito difícil (medo do novo mundo: a universidade), foi uma vitória, minha família ficou muito feliz, posso dizer que tenho um curso superior, anos atrás o acesso a universidade era pouco, bom (encarou naturalmente), apoio, ficaram surpresos, esperavam a muito tempo (o acesso do filho (a) a universidade), empolgação, felicidade.

Ao analisarmos a formação educacional dos pais dos estudantes do Curso de Letras Português, notamos que apenas uma mãe possui formação superior, dentre dez entrevistados (as) de cada, o restante chegou a cursar o ensino fundamental e o médio outros (as) não tiveram nenhuma formação escolar.

Quadro X

Curso: Letras Português	Como sua família encarou esse acesso à universidade?
	<ul style="list-style-type: none"> • “No começo foi muito difícil, pois ninguém sabia como era a vida dentro de uma universidade, mas ao longo do tempo foram se acostumando, e hoje encaram como se fosse uma escola normal.” • “Gostaram bastante foi uma vitória”

- “Minha família ficou, muito feliz, pois hoje posso dizer que tenho um curso superior.”
- “Há anos anteriores o acesso a universidade era pouco devido a mobilidade dos alunos a respeito do transporte e a questão da tecnologia o acesso a internet que ainda não existia com muita facilidade.”
- “Bom, encarou naturalmente. Aceitaram.”
- “Encarou muito bem, me dando todo apoio.”
- “Ficaram surpresos, mais satisfeitos com o meu desempenho”
- “Com muita alegria, pois esperavam há muito tempo que eu engajassem na Universidade.”
- “Com muita empolgação e felicidade me dando todo apoio necessário.”
- “Ficaram muito felizes”

6- Estudantes entrevistados do Curso de Pedagogia

6.1- Qual opinião você tem a respeito das cotas sociais e raciais para o acesso ao ensino superior?

Sobre os estudantes entrevistados do curso de Pedagogia, ao analisarmos as respostas percebemos que em sua maioria os entrevistados (as) oito ao total, são favoráveis as cotas (raciais e sociais).

Dois entrevistados em suas respostas mostram-se contra as cotas, um nos diz que com as cotas não existe ‘democracia’. Outro entrevistado (a) nos revelou que as cotas abrem “oportunidades para alunos de escolas públicas, negros, indígenas, etc.” e que por isso, as cotas são importantes para a parcela excluída da sociedade.

Quando vejo essa afirmação de um universitário (a), de que com as cotas não existe “democracia”, logo penso, nos tantos negros (as) que sofrem violências físicas e simbólicas (todos os dias).

Através dessa sociedade racista, que vem desde o período da escravidão aos dias atuais, reinventando de diversas formas a exclusão e racismo contra o negro (a) brasileiro/paraibano. Devemos nos perguntar: Nós negros (as) vivemos em uma democracia? De direitos iguais a educação, emprego (bem remunerado) e saúde garantida?

Pesquisas mostram que não, os negros (as) são os que mais sofrem de todas as formas sejam elas educacionais (quando tem sua cultura negada), seja ela na violência física/simbólica, na exclusão social, na hora de encontrar um emprego (estamos no ranque dos piores empregos) e até mesmo nas questões sentimentais.

Vejamos o que os estudantes nos responderam:

Quadro XI

Curso: Pedagogia	Qual opinião você tem a respeito das cotas sociais e raciais para o acesso ao ensino superior?
	<ul style="list-style-type: none"> • “Através das cotas são abertas as oportunidades para alunos de escolas públicas, negros, indígenas, etc. Então, pra mim é de grande importância.” • “Defendo por si tratar de um fator social, em que o individuo tem direito ao ensino superior (igualdade à todos).” • “Em particular eu sou contra, pois não existe “democracia”.” • “É uma forma de ampliar o acesso permitindo que pessoas de baixa renda e discriminadas pela sociedade também possam se formar e exercer dignamente, na sociedade, sua profissão”. • “É uma forma muito bacana de ajudar os indivíduos mais carentes e excluídos da sociedade, pelo fato de haver muitas famílias de baixa renda, é também uma maneira de recompensar os negros e escravos de antes, nos dias de hoje.” • “As cotas são usadas para ajudar as pessoas de situação humilde a entrarem na Universidade.” • “É algo bom, por que ajuda pessoas de baixa a terem acesso mais fácil a uma universidade.” • “É bom que facilita a entrada de pessoas de baixa renda ao curso superior” • “Não sou a favor das cotas raciais, pois acredito que qualquer pessoa, independente da cor ou raça, pode obter o mesmo esforço para ingressar em uma universidade.” • “É bastante favorável para os negros, pois eles são muito discriminados, e se não tivessem as cotas seria mais difícil para eles entrarem para o ensino superior.”

6.2- Como sua família encarou esse acesso à universidade?

Sobre a família os entrevistados (as) do Curso de Pedagogia nos revelaram que o acesso ao Ensino Superior, representa algo como “positivo”, já que os pais desejam/sonham para os filhos (as).

Como já foi citado em outros momentos em relação aos cursos de Direito, Geografia, História, Letras Inglês e Letras Português, algumas palavras e frases dos universitários (as) entrevistados. Destacamos também algumas do Curso de Pedagogia, em relação ao acesso ao ensino superior, nos foram expressivas e delas iremos citar.

São palavras curtas ou até mesmo frases tais como: normal, dificuldades (porém existe o apoio), dificuldade (de deslocamento do sítio para a cidade e em seguida para universidade), difícil (o acesso a universidade pública), não encarou, única da família (a está cursando o ensino superior), total apoio e assistência, os pais sempre almejavam para o filho (a) (o acesso ao ensino superior).

Ao analisarmos a formação educacional dos pais dos estudantes do Curso de Pedagogia, notamos que assim como no Curso de Letras Português, apenas uma mãe de um estudante entrevistado (a) possui formação superior, o restante chegou a cursar o ensino fundamental e o médio outros (as) não tiveram nenhuma formação escolar.

Quadro XII

Curso: Pedagogia	Como sua família encarou esse acesso à universidade?
	<ul style="list-style-type: none"> • “Normal” • “Normal” • “Normal” • “Todos me apoiaram, apesar das dificuldades existentes.” • “Com muita dificuldade, pois morava no sítio e tinha que se deslocar para o município para conseguir o transporte.” • “Aceitaram, pois na época era difícil o acesso à universidade pública.” • “Não encarou.” • “A minha família encarou de uma maneira positiva onde eu fui à única da família a estar em um ensino superior.”

- “Da melhor maneira possível, dando total apoio e assistência.”
- “Aceitaram e apoiaram pelo fato de que sempre almejaram para mim uma formação superior.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análises dos questionários aplicados na pesquisa, notamos que as cotas sociais não contribuem efetivamente no acesso da população negra ao ensino superior na Paraíba, já que os negros (as) em nossa pesquisa aparecem de forma explicitamente minoritária cerca de apenas 8% dos universitários (as) pesquisados (as).

No decorrer do trabalho trazemos discussões que foram levantadas por estudiosos da temática sobre a trajetória educacional da população negra, trajetórias essas de longas barreiras e discriminação que perpassa as diversas esferas tanto sociais como culturais.

A Paraíba, não é diferente da realidade excludente que também atinge a população negra, os jovens negros (as) infelizmente ainda não ocupam de forma majoritária as cadeiras das universidades públicas do Brasil, tão pouco da Paraíba. Na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) Campus de Guarabira cujo acesso aos seus cursos se faz também pelas cotas sociais nos mostra que essa iniciativa nem sempre garante a maioria das pessoas negras o acesso ao ensino superior. Por ser maioria na população paraibana, os jovens negros deveriam ser maioria entre os estudantes que ingressaram nessa instituição. No entanto, no universo de 60 estudantes que responderam ao questionário apenas 0,8% é negro, um percentual que não representam a população negra paraibana, atualmente em torno de 60%.

Sendo assim, os dados da pesquisa de TELLA que nos diz que mais de 60% da população do Estado da Paraíba é representativamente negra, não condiz com os dados encontrados na nossa pesquisa realizada no Campus III que nos revela que nem 10% dos estudantes cotistas que responderam ao questionário são negros (as).

As respostas dos estudantes revelam que o acesso ao ensino superior ainda que a universidade tenha as cotas sociais, ainda representa um “privilégio”, e se constitui num meio de ascensão social. Se for privilégio, quem ascenderá socialmente? Ou seja, a universidade longe de contribuir com a construção de uma nova ordem social apenas reproduz o *status quo*, uma vez que permitir que uns negros ou pobres acessem as suas dependências não significa transformar a estrutura social, mas significa permitir que uns diferentes etnicamente e socialmente façam parte dessa estrutura.

Enquanto isso, onde estão nossos jovens paraibanos negros (as)? Que deveriam está ocupando as salas dos cursos superiores, já que representam maioria no quesito população. Será que os pais e mães negros (as) paraibanos (as), não almejam também

para seus filhos o tão sonhado “privilegio” de entrar em uma universidade? E os seus filhos (as) Onde estão? E o estado o que faz?

Por isso, as políticas públicas se constituem uma prática importante para os grupos marginalizados, sobretudo, as cotas raciais nas universidades públicas a exemplo do que ocorre nas universidades federais. Se os negros (as) são excluídos do ensino superior, nada mais justo que as cotas sociais tenham o corte étnico-racial, uma vez que ser negro e ser pobre é ser duplamente excluído.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História: os historiadores e a fonte. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. Disponível em:

http://gephisnop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/fontes_historicas_carla_bassanezi_pinsky.pdf (acesso em: 23/02/2014 às 09h21min.).

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Antirracismo e seus paradoxos reflexões sobre cota racial, raça e racismo**. São Paulo: Annablume, 2004.

BERNARDINO, Joaze. **Ações Afirmativas: respostas às questões mais frequentes. O público e o privado - Nº 3 - Janeiro/Junho - 2004**. Disponível em: <http://www.seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=270&path%5B%5D=393> acesso em 09/08/2014.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Tradução: Sergio Góes de Paula. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CERTEAU, Michael de. **A operação historiográfica**. In: A Escrita da História. Trad. Maria de Lourdes Menezes. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **Educação e etnicidade: o (a) negro (a) nas aulas de história**. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

_____. Por dentro da História: Formação docente e cultura afro-brasileira. **Revista África e Africanidades**, 2008. Disponível em: http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/Formacao_docente_e_cultura_afro_brasileira.pdf (acesso em 25/07/2014 às 11h33min).

FERREIRA, Aline Santos; SOARES, Emanuel Luís Roque. A Educação das mulheres negras como uma forma de conquista dentro da sociedade brasileira: estigmas x direitos. In. **Anais do III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais Olhares diversos sobre a diferença**, João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. In. **Anais da I Conferência: Relações Étnicas na América Latina e Caribe e XX Reunião Brasileira de Antropologia**, GT “Gênero e Raça”, 1999.

_____. **Mulheres Negras e Educação: trajetórias de vida, histórias de Luta**. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/217430219/GOMES-Nilma-Lino-Mulheres-negras-e-educacao> (acesso em 19/09/2012).

LOBO, Bárbara Natália Lages. **A discriminação racial no Brasil: verdades e mitos**. Disponível em: http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/Vseminario/Anais_V_Seminario/direitos/comu/A%20DISCRIMINACAO%20RACIAL%20NO%20BRASIL%20%20VERDADE%20E%20MITOS.pdf (acesso em 09/08/2014 às 19h42min).

LOPES, Maria Auxiliadora; BRAGA Maria Lúcia de Santana (Orgs). **Acesso e Permanência da População Negra no Ensino Superior**. Brasília: MEC/UNESCO, 2007.

MATOS, Teresa Cristina Furtado; TELLA, Marco Aurélio Paz. Relações étnico-raciais no Brasil. In: TELLA, Marco Aurélio Paz. (Org.) **Educação, ações afirmativas e relações étnico-raciais no Brasil**.(Cadernos Afro-Paraibanos) João Pessoa: NEABI/UFPB, 2012.

NASCIMENTO, Camila da Silva; SANTIAGO, Aline Pereira; SANTOS, Ellen Hortência Silva. Mulheres negras possíveis trajetórias até o acesso ao ensino superior. In. **Anais do IV Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais**. João Pessoa- PB: Centro de Educação CE/UFPB, 2013.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. Ação Afirmativa, fronteiras raciais e identidades acadêmicas: uma etnografia das cotas para negros na UERJ. In: JÚNIOR, João Feres; ZONINSEIN, Jonas (Orgs). **Ação Afirmativa e Universidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. As Políticas de Cotas para Negros nas Universidades Brasileiras e a posição dos Intelectuais. In. **Revista Pedagógica - UNOCHAPECÓ - Ano-15 - n. 28 vol**, 2012.

_____. **Desigualdades Raciais no Brasil e Políticas de Ações Afirmativas na Universidade**. Disponível em: http://www.colombiaaprende.edu.co/html/mediateca/1607/articles-174654_archivo.pdf (acesso em: 03/03/2014)

_____. (Coord.). **O Negro na Universidade**. Salvador: Novos Toques, nº 5, 2002.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAVEAU, Agnes. TÉTART, Philippe. **Questões para a história do presente**. Tradução de Ilka Stern Cohen – Bauru: SP: Editora da USC, 1999.

ROCHA, Solange Pereira da. Famílias Negras na Cidade da Parahyba Imperial: o caso dos pardos libertos e livres. São Paulo: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, 2011.

SANTOS, Jocélio Teles dos; QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Vestibular com cotas: análise em uma instituição pública federal**. Revista da USP. São Paulo, 2005/2006.

SILVA, Marluce Pereira da; MOURA, Carmen Brunelli de; LOPES, Francisca Maria de Souza Ramos. Das batalhas Identitárias às práticas de liberdade: histórias de vida de uma professora negra. **Linguagem em (Dis) curso**. Tubarão, SC, 2012.

SOUZA, Eliane Almeida. A exclusão social e sua dialética com a mulher negra no século XXI. In. **Anais do Fazendo Gênero 8- Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, 2008.

TENÓRIO, Robinson Moreira; REIS, Dayane Brito. Ações afirmativas e estratégias de permanência no ensino superior. **Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Porto Seguro: Bahia.

VERÍSSIMO, Silvana. Mulheres negras brasileiras ao passar do tempo, da barbárie da escravidão a atoras sociais. In. **Anais do Fazendo Gênero 8- Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, 2008.

ZONINSEIN, Jonas; JÚNIOR, João Feres. Ação afirmativa e desenvolvimento. In: JÚNIOR, João Feres; ZONINSEIN, Jonas Feres (Orgs). **Ação Afirmativa e Universidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

ANEXOS



UEPB – UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
CAMPUS III
CURSO DE HISTÓRIA

Aluna: Camila da Silva Nascimento

QUESTIONÁRIO DO TCC

- 1- Qual o seu pertencimento étnico racial?
 branco negro indígena outro
- 2- Em qual curso você encontrasse matriculado no campus III da UEPB?
 História Geografia Direito Pedagogia Letras Inglês Letras Português
- 3- Qual período: ()
- 4- Turno:
 manhã tarde noite
- 5- Estado civil?
 solteiro (a) casado (a) viúvo (a) namorando
- 6- Quantos anos de idade? ()
- 7- Em quais instituições você estudou durante o ensino fundamental e o médio?
 pública privada outra
- 8- Seu acesso à universidade se deu através do processo das cotas?
 sim não
- 9- Qual opinião você tem a respeito das cotas sociais e raciais para o acesso ao ensino superior?

10- Seu pai frequentou até que ensino escolar:

- a. não frequentou fundamental I fundamental II médio superior

11- E sua mãe:

- a. não frequentou fundamental I fundamental II médio superior

12- Em sua família quantas pessoas têm ou tiveram acesso à universidade? E de forma esse acesso ocorreu?

13- Como sua família encarou esse acesso a universidade?
